



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Letras

Marcelle Veridiano Candido de Souza

Relações conjuntivas de causalidade em editoriais

Rio de Janeiro

2015

Marcelle Veridiano Candido de Souza

Relações conjuntivas de causalidade em editoriais



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Orientadora: Prof.^a Dra. Vânia Lúcia Rodrigues Dutra

Rio de Janeiro

2015

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/B

S729 Souza, Marcelle Veridiano Candido de.
Relações conjuntivas de causalidade em editoriais / Marcelle
Veridiano Candido de Souza. – 2015.
94 f.: il.

Orientadora: Vania Lúcia Rodrigues Dutra.
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro,
Instituto de Letras.

1. Língua portuguesa – Português escrito -Teses. 2. Editoriais –
Teses. 3. Língua portuguesa – Estudo e ensino – Teses. 4. Funcionalismo
(Linguística) – Teses. 5. Língua portuguesa – Análise do discurso – Teses.
6. Causalidade – Teses. I. Dutra, Vania Lúcia Rodrigues. II. Universidade
do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU 806.90-085:070.41

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
dissertação desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Marcelle Veridiano Candido de Souza

Relações conjuntivas de causalidade em editoriais

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Aprovada em 13 de abril de 2015.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dra. Vânia Lúcia Rodrigues Dutra (Orientadora)
Instituto de Letras – Uerj

Prof^a. Dra. Denise Salim Santos
Instituto de Letras – Uerj

Prof^a. Dra. Claudia Moura da Rocha
Faculdade de São Bento

Rio de Janeiro

2015

DEDICATÓRIA

À minha família e ao meu noivo, pelas palavras encorajadoras, compreensão e carinho em todos os momentos da minha vida acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela força e ânimo concedidos a cada dia, principalmente nos momentos em que me sentia mais fraca e desanimada.

Aos meus pais, que sempre me apoiaram no decorrer da minha vida acadêmica, me ajudando, moral e financeiramente.

Ao meu noivo, que sempre esteve presente, me incentivando e apoiando todas as minhas decisões. Agradeço por toda paciência porque, nos momentos em que mais precisei, estava comigo.

Ao meu irmão, pelo carinho e pela demonstração de interesse nos meus estudos.

À minha orientadora, professora Vânia Lúcia Rodrigues Dutra, pela dedicação concedida durante o período do curso. Agradeço por cada palavra corrigida e por cada sugestão, além de toda paciência dedicada a mim.

Ora, a fé é a certeza de coisas que se esperam, a convicção de fatos que se não veem.

Hebreus 11:1 (Bíblia Sagrada)

RESUMO

SOUZA, Marcelle Veridiano Candido de. *Relações conjuntivas de causalidade em editoriais*. 2015. 94f.. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

Com base na perspectiva da Linguística Sistêmico-Funcional, esta dissertação se propõe a analisar, semântica e estruturalmente, as relações coesivas de causalidade no texto argumentativo, com o objetivo de promover uma reflexão sobre que estruturas de causalidade são mais comuns no *corpus* analisado e sobre a importância dessas estruturas e das relações que elas constroem para o estudo dos textos na Escola Básica. Sendo assim, este trabalho apresenta a seguinte estrutura: num primeiro momento, consideraremos os pressupostos teóricos que serviram como base para fundamentá-lo. A base teórica adotada foi o Funcionalismo Linguístico, a partir do modelo de Michael A. K. Halliday, uma teoria de base semântica, que prioriza os sentidos expressos por meio da língua nas diferentes situações comunicativas. Além disso, ainda como assuntos correlatos e complementares à análise que nos propusemos desenvolver, abordaremos as noções de gênero e de sequência textual, e faremos um estudo do processo de conjunção e da relação de causalidade sob a visão de dois autores – Halliday e José Carlos Azeredo. Em seguida, no segundo capítulo do trabalho, foi realizada a análise de vinte editoriais, os textos-*corpus* do trabalho. A análise contemplou todas as ocorrências das orações constituintes dos editoriais – iniciadas por conectivos – que estabeleciam relações de causalidade, que, inicialmente, se dividem em dois grupos, o da causa e o do efeito. Dessa maneira, por meio da totalidade de ocorrências encontradas, considerando o ponto de vista qualitativo e quantitativo, pudemos verificar o tipo de relação predominante – se de causa ou de efeito – em nossos textos-*corpus*.

Palavras-chave: Ensino de Língua Portuguesa. Conjunção. Causalidade. Argumentação.

RÉSUMÉ

SOUZA, Marcelle Veridiano Candido de. Les relations conjonctives de la causalité dans les éditoriaux. 2015. 94 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

Du point de vue de la perspective de la Linguistique Systémique Fonctionnelle, cette dissertation a comme but analyser, sémantiquement et structurellement, les relations cohésives de causalité dans le texte argumentatif, afin de promouvoir une réflexion sur quelles structures de causalité sont les plus communes dans le *corpus* analysé, sur l'importance de ces structures et les relations qu'elles contruisent à l'étude des textes à l'École Primaire. Donc, ce travail présente la suivante structure : au premier moment, nous considérons les connaissances théoriques qui ont été le support pour le basé. La base théorique adoptée a été le Fonctionnalisme Linguistique, à partir du modèle de Michael A. K. Halliday, dans une théorie de base sémantique, qui privilégiait les sens exprimés par la langue dans les différentes situations communicatives. En plus, encore comme sujet correspondants et complémentaires à l'analyse que nous nous proposons développer, nous irons aborder les notions de genre et de séquences textuelles, nous ferons une étude du processus de la conjonction et le lien de causalité du point de vue de deux auteurs – Halliday et José Carlos de Azeredo. Après, dans le deuxième chapitre du ce travail, on a été réalisé l'analyse de vingt éditoriaux, les textes-*corpus* du travail. L'analyse a privilégié toutes les cas des sentences présentes dans les éditoriaux – initiées par des connecteurs – qui établissaient relations de causalité ; initialement, sont divisés en deux groupes, la cause et l'effet. De cette manière, à travers de la totalité des cas trouvés, en considérant le point de vue qualitatif et quantitatif, nous pouvons vérifier le type de relation prédominante – si c'est de cause ou d'effet – dans nos textes-*corpus*.

Mots-clés : Enseignement de la Langue Portugaise. Conjonction. Causalité. Argumentation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 –	Sistema de realização dos significados	18
Quadro 1 –	Sequências e tipos textuais	21
Quadro 2 –	Argumentação formal e informal	30
Quadro 3 –	Conectivos e relações de causalidade	34
Tabela 2 –	Relações semânticas e conectivos	35
Tabela 3 –	Relações de causalidade	39
Tabela 4 –	Ocorrência das relações de causalidade encontrada no <i>corpus</i>	87
Tabela 5 –	Ocorrência de causa, propriamente dita e de efeito	88

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	11
1	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
1.1	Linguística Sistêmico-Funcional	15
1.1.1	<u>As metafunções em Halliday e os significados</u>	16
1.1.2	<u>A metafunção interpessoal</u>	18
1.2	Gêneros e Sequências Textuais	18
1.2.1	<u>Gêneros textuais</u>	19
1.2.2	<u>Sequências textuais</u>	21
1.3	A conjunção	30
1.3.1	<u>A conjunção segundo Halliday</u>	31
1.3.2	<u>A conjunção segundo Azeredo</u>	32
1.4	O grupo da causalidade	33
1.4.1	<u>A causalidade segundo Halliday</u>	33
1.4.2	<u>A causalidade segundo Azeredo</u>	34
1.4.3	<u>A relação entre texto, causalidade e ensino de Língua Portuguesa</u>	36
2	METODOLOGIA	38
2.1	Apresentação do <i>corpus</i>	38
2.2	Análise do <i>corpus</i>	38
2.2.1	<u>Texto 1 – Sem mais delongas</u>	39
2.2.2	<u>Texto 2 – Um bom recomeço</u>	42
2.2.3	<u>Texto 3 – Delação aprovada</u>	45

2.2.4	<u>Texto 4 – Partos contraproducentes</u>	47
2.2.5	<u>Texto 5 – Barbárie maranhense</u>	49
2.2.6	<u>Texto 6 – Mais de uma vez</u>	51
2.2.7	<u>Texto 7 – Mais um passo</u>	53
2.2.8	<u>Texto 8 – Choque de realidade</u>	55
2.2.9	<u>Texto 9 – Reclassificação sensata</u>	58
2.2.10	<u>Texto 10 – César, o papa e o califa</u>	60
2.2.11	<u>Texto 11 – Dias difíceis</u>	62
2.2.12	<u>Texto 12 – Ensino público e justo</u>	65
2.2.13	<u>Texto 13 – Penúria diplomática</u>	67
2.2.14	<u>Texto 14 – Página virada</u>	70
2.2.15	<u>Texto 15 – Fechar as torneiras</u>	72
2.2.16	<u>Texto 16 – Saúde debilitada</u>	75
2.2.17	<u>Texto 17 – Petrobrás, o deboche</u>	77
2.2.18	<u>Texto 18 – A ameaça da mordaca</u>	80
2.2.19	<u>Texto 19 – Sobre leis e salsichas</u>	82
2.2.20	<u>Texto 20 – Ciência com moderação</u>	84
2.3	Resultados	87
	CONCLUSÃO	91
	REFERÊNCIAS	93

INTRODUÇÃO

O ensino da Língua Portuguesa na Escola Básica de nosso país, ultimamente, tem-se voltado, de maneira geral, para uma simples e sistemática descrição da gramática normativa. Para muitos professores, o ensino da língua está ligado diretamente (e, em alguns casos, somente) ao ensino da gramática. Desse modo, encontramos, até hoje, em nossas salas de aula, sistematizações de conteúdos gramaticais desvinculados da língua em uso e exercícios puramente classificatórios. Leitura e escrita quase não têm encontrado espaço e importância no ambiente escolar. Apesar de essas duas competências receberem destaque na fala de muitos professores e educadores, e de serem amplamente defendidas nos documentos oficiais (PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais, por exemplo) que, teoricamente, norteiam o ensino de língua materna, pouco são trabalhadas, de fato, na sala de aula.

Entende-se que um ensino mais produtivo dar-se-ia por meio do estudo da funcionalidade dos elementos gramaticais de que o aluno se utiliza, ou seja, um trabalho realizado com foco no uso desses elementos. Desse modo, o aluno poderia compreender melhor seus valores e seus usos, reconhecendo-os nos textos que lê e utilizando-os na construção de seus próprios textos.

O trabalho com a gramática voltado para a produção de sentidos, para o funcionamento de seus componentes no discurso é fundamental para que o aluno desenvolva suas competências de leitura e de escrita. Cabe à escola mostrar ao aluno como chegar à compreensão dos textos por meio da análise do material linguístico que a ele se apresenta. Assim, o trabalho feito com a gramática a partir dos textos é uma maneira de mostrar ao aluno a “função” da estrutura gramatical no uso da língua, para ler e escrever, possibilitando sua inserção na cultura letrada.

Para que isso seja possível, não basta que o aluno decodifique o escrito, mas que seja capaz de construir o(s) sentido(s) do texto. Essa construção se dá a partir dos elementos lexicogramaticais (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004) que se apresentam na superfície do texto e que foram selecionados e organizados pelo seu autor com vistas a cumprir seu objetivo comunicativo.

Qualquer avaliação de uma diretriz impressa ao ensino de gramática passa necessariamente pela avaliação de dois parâmetros: primeiro, o que se entenda que seja a “gramática”, que deva ser trabalhada nesse nível, e, segundo, o que se considere que seja, dentro do exercício da linguagem que os alunos ativam nas suas interlocuções, o foco do tratamento gramatical a empreender-se, isto é, o papel que

tenha na atividade escolar da análise linguística, a consideração do real funcionamento da linguagem. Vamos partir da segunda para a primeira questão. (NEVES, 2002, pág. 234)

Nessa perspectiva, observaremos a relação de causalidade expressa por meio de valores semânticos de razão, resultado, finalidade e condição – encontrada nas orações coordenadas explicativas e conclusivas e nas orações subordinadas adverbiais causais, consecutivas, finais e condicionais, iniciadas pelos seus respectivos conectivos – presentes no *corpus* deste trabalho.

Este estudo analisará editoriais em que as ditas orações estejam presentes, de maneira que seja observada sua importância na construção do texto argumentativo. Ao realizar tal análise, demonstraremos a função que essas relações exercem no texto argumentativo, de modo que haja uma reflexão voltada para o ensino desse aspecto gramatical. Dessa forma, esperamos contribuir para a construção de uma maneira mais produtiva de trabalhá-las na escola básica.

A escolha pelo gênero editorial se dá pelo fato de ser esse gênero predominantemente argumentativo, ou seja, sua estrutura apresenta a marca predominante da argumentação. Desse modo, por meio de um estudo mais aprofundado desse texto, por meio da análise de sua estrutura, podemos compreender melhor a sua construção e entender de que maneira seu autor utilizou os elementos linguísticos para que seu ponto de vista sobre determinado assunto fosse entendido e, mais do que isso, aceito pelo leitor como verdade.

Como nosso trabalho tem como base teórica a Linguística Sistêmico-Funcional, que está baseada no modelo de Michael A. K. Halliday, abordaremos essa teoria logo na primeira seção do capítulo 1. Essa é uma teoria de base semântica, que se preocupa com os sentidos expressos pelos interlocutores numa situação comunicativa. Halliday acredita que o falante pode exteriorizar suas experiências relacionando a estrutura de seu texto à sua intenção comunicativa. Assim, as escolhas que fazemos por determinadas estruturas na construção de nossos textos são capazes de mostrar nossa intenção ao produzi-los.

Na visão desse autor, a língua exerce três funções – chamadas por ele de *metafunções da linguagem* –, de modo que cada uma delas representa um significado diferente. A primeira faz referência ao significado ideacional, que trata da representação dos elementos linguísticos expressos por meio da comunicação (*metafunção ideacional*); a segunda faz referência ao significado interpessoal, que busca mostrar a relação estabelecida entre os sujeitos atuantes na situação comunicativa, ou seja, a maneira pela qual um atua sobre o outro (*metafunção interpessoal*); e a última faz referência ao significado textual, que trata das relações

estabelecidas dentro dos textos ou entre o texto e a situação (*metafunção textual*). Nessa primeira seção, abordaremos cada uma dessas funções, entretanto, a metafunção interpessoal receberá um tratamento mais aprofundado por se tratar daquela que considera o ponto de vista do enunciador, que se expressa por meio da escolha dos elementos linguísticos utilizados por ele na construção de seu texto.

Na segunda seção desse primeiro capítulo, trataremos dos gêneros e das sequências textuais, traçando a diferença entre esses dois conceitos e estabelecendo suas características e desdobramentos. Além disso, traremos exemplos de cada uma das sequências textuais – subdivididas por Marcuschi em narrativa, descritiva, expositiva, argumentativa e injuntiva. Por ser a sequência argumentativa a característica nos textos que compõem o *corpus* deste trabalho, daremos a ela um enfoque maior.

Na terceira seção, faremos um estudo sobre a conjunção, estabelecendo relação entre a visão de Halliday e a de Azeredo sobre esse aspecto da gramática. Nosso propósito será mostrar de que maneira realiza-se a ligação entre as partes do período – ou entre as partes maiores do texto –, segundo a visão dos dois autores. Consideramos relevante trazer a palavra de José Carlos de Azeredo por entendermos que, sendo o trabalho de Halliday construído a partir da língua inglesa, poderia haver dúvidas sobre sua validade para a análise da Língua Portuguesa. Com as palavras de Azeredo sobre o tema, esse questionamento perde a razão de ser, uma vez que há muitos pontos em comum nas duas abordagens, havendo traços das propostas de Halliday no trabalho de Azeredo.

A partir da comparação feita entre esses dois autores no que diz respeito à conjunção, a relação de causalidade será analisada com base em sua função no texto argumentativo já na quarta seção do primeiro capítulo. Nela, mostraremos também – apenas por uma questão formal de nomenclatura – a denominação dada por cada autor aos valores expressos por meio da relação de causalidade.

Para finalizar a quarta seção, trabalharemos a relação entre texto, causalidade e ensino de Língua Portuguesa, com a intenção de mostrar que, além da intenção do autor, percebida por meio da escolha dos elementos linguísticos para a construção de seu texto, a organização desses elementos também é importante para a construção de sentidos.

Como as relações de causalidade implicam, de um modo geral, semanticamente, causa e efeito, esperamos, como hipótese, identificar qual dos dois valores está mais presente nas orações que entram na construção das sequências argumentativas, que estão na base da constituição dos editoriais aqui analisados.

No capítulo 2, o da metodologia, descreveremos como foi o passo a passo para a realização deste trabalho. Na primeira seção, apresentaremos o *corpus* com que trabalhamos. A opção pelo trabalho com editoriais se dá por serem textos cuja sequência textual predominante é a argumentativa, nosso foco de interesse, tendo em vista a importância desse conteúdo no trabalho com a língua na escola básica.

Na segunda seção desse capítulo, apresentaremos a análise do *corpus* deste trabalho. Primeiramente, traremos o texto, analisaremos semântica e estruturalmente cada relação de causalidade encontrada e, em seguida, mostraremos, por meio de uma tabela, as estruturas que constroem esse sentido de causalidade. Isso acontecerá em cada um dos textos que compõem o *corpus* deste trabalho.

Na terceira seção, apresentaremos o resultado do estudo realizado. Nossa intenção é demonstrar de que maneira a ocorrência das relações de causalidade contribui para a construção do texto argumentativo. Para facilitar a visualização dos resultados, apresentaremos uma tabela resumitiva com as ocorrências quantificadas em cada um dos editoriais, separando cada uma delas segundo o valor semântico estabelecido – razão, resultado, finalidade e condição. Em seguida, reuniremos todas as ocorrências encontradas para que conclusões acerca de sua função no gênero editorial sejam discutidas e validadas ou não.

Após o capítulo 2, segue a conclusão, em que apresentaremos as conclusões a que pudemos chegar sobre os resultados alcançados com nossa pesquisa, apontando possíveis caminhos de continuidade. A esse capítulo se seguem as referências bibliográficas.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, apresentaremos o modelo da Linguística Sistêmico-Funcional, a linha teórica em que se baseia este trabalho. Essa teoria trata do funcionamento da língua por meio de uma abordagem gramatical pautada no uso linguístico dos falantes em seu contexto de uso. Este trabalho está baseado, principalmente, nos estudos de Halliday e MATTHIESSEN (2004).

Além disso, desenvolveremos o conceito de gênero e o conceito de sequência textuais, traçando as características de ambos. Abordaremos, de maneira mais enfática, o gênero editorial, já que é ele o gênero aqui analisado, ou seja, o *corpus* do trabalho, e a sequência argumentativa, por ser ela a que predomina na estrutura desse gênero.

1.1 Linguística Sistêmico-Funcional

Para Halliday e MATTHIESSEN (2004), a linguagem apresenta-se como um sistema de signos capaz de exteriorizar as experiências humanas, de modo que haja uma correspondência de sentido e completude entre a estrutura desse sistema e a intencionalidade causadora dessas experiências.

Na esteira de Halliday, Fuzer e Cabral esclarecem:

Em termos conceituais, sistema difere de estrutura. A *estrutura* é o ordenamento sintagmático na linguagem: padrões ou regularidades, que respondem à pergunta “o que vai *junto* com o quê?”. *Sistema* é o ordenamento paradigmático da linguagem: padrões ou regularidades que respondem à pergunta “o que pode figurar *em lugar de* quê?”. Qualquer conjunto de alternativas constitui um sistema. (FUZER e CABRAL, 2014, p. 21)

Dessa forma, entende-se que essa teoria está baseada nos parâmetros da coerência, ou seja, dos significados presentes nas relações sociais que são expressos por meio de uma estrutura organizacional devidamente escolhida e influenciada por aspectos culturais. Todo esse contexto está relacionado ao próprio nome que o autor utiliza para denominar sua abordagem: *sistêmico-funcional*, uma vez que *sistêmico* diz respeito ao leque de escolha que o

falante tem disponíveis para organizar seu discurso e *funcional* devido ao fato de esse discurso cumprir funções no contexto de seu uso.

Após a contextualização da teoria, uma questão epistêmica que colocamos refere-se aos termos “sistêmico” e “funcional”, que caracterizam essa abordagem. Ela é *sistêmica* porque vê a língua como redes de sistemas linguísticos interligados, das quais nos servimos para construir significados, fazer coisas no mundo. Cada sistema é um conjunto de alternativas possíveis que podem ser semânticas, léxico-gramaticais ou fonológicas e grafológicas. É *funcional* porque explica as estruturas gramaticais em relação ao significado, às funções que a linguagem desempenha em textos. (FUSER; CABRAL, 2014, p. 19)

Assim, a Gramática Sistêmico-Funcional, proposta por Halliday, busca realizar uma ligação entre a estrutura linguística empregada em determinada situação de uso e o seu próprio contexto de uso, ou seja, a estrutura é formada a partir do contexto situacional de uso do falante.

Encontramos neste modelo uma abordagem de base semântica, uma vez que tem como objetivo identificar os papéis exercidos pelas diversas unidades linguísticas nos textos, com base na função de cada uma delas na construção dos significados. Assim, o texto passa a ser uma configuração de significados selecionados na totalidade do papel semântico da língua, e a construção do seu sentido torna-se o principal foco da análise sistêmico-funcional.

Entre as funções que a língua exerce, existem duas que dizem respeito aos dois objetivos essenciais de todos os usos da linguagem. A primeira é responsável por “apresentar” o conteúdo do texto (ideacional) e a segunda, por estabelecer e manter relações sociais entre os responsáveis pela produção desse texto (interpessoal). Além dessas, existe uma terceira função, que funciona como um elo entre as funções anteriores, de modo que, por meio da junção delas, permite aos usuários da língua construir textos (textual). A essas funções, Halliday chama *metafunções da linguagem*.

1.1.1 As metafunções em Halliday e a construção dos significados

Ao analisar a forma como o falante utiliza a língua para interagir, Halliday estabelece uma espécie de organização pautada em dois aspectos: o *contexto de situação* e o *contexto de cultura*. O contexto de situação diz respeito ao conjunto de elementos relevantes para a execução da linguagem, de modo que haja uma mediação pela própria linguagem entre a interação dos interlocutores e a atividade linguística por eles realizada. Quando temos o

compartilhamento de diversos contextos de situação, temos o contexto de cultura. Assim, com a combinação desses dois tipos de contextos, chegamos a propriedades que diferenciam um determinado texto de outro.

Interpretado no contexto de cultura, o potencial do significado é todo o sistema semântico da língua. (...) Interpretado no contexto de situação, é o sistema semântico particular, ou conjunto de subsistemas, que é associado com um tipo particular de situação ou contexto social. (HALLIDAY, 1979, p. 109)

A definição do contexto de situação está baseada em três parâmetros: o primeiro é estabelecido como a natureza do evento comunicativo, da comunicação em si desenvolvida pelos falantes; o segundo, como a natureza da relação entre os falantes que efetuam tal comunicação; e o terceiro, como a natureza dos atos de linguagem praticados, ou seja, do meio em que a mensagem é efetuada.

Esses parâmetros são capazes de interferir nas escolhas dos falantes, uma vez que se realizam por meio das metafunções da linguagem: *metafunção ideacional*, *metafunção interpessoal* e *metafunção textual*. A metafunção ideacional diz respeito à exteriorização das experiências do mundo interior e exterior, isto é, ao “conteúdo” da comunicação; a metafunção interpessoal, ao modo como um sujeito atua sobre o outro, despertando novas perspectivas em relação à comunicação ocorrida entre eles; e a metafunção textual, à organização das experiências vivenciadas pelo falante em textos coerentes a partir do sistema linguístico.

Na perspectiva sistêmico-funcional dos estudos linguísticos, a oração, elemento primordial na análise lexicogramatical, relaciona essas metafunções estabelecidas por Halliday a três significados diferentes.

O *significado ideacional* é construído a partir do sistema de transitividade, tratando especificamente dos papéis dos elementos da oração, diz respeito à função que a língua tem de “dizer alguma coisa”. O *significado interpessoal* é construído por meio do modo e da modalidade, de maneira que o enunciador expresse o seu ponto de vista, suas atitudes e julgamentos por meio das funções da fala, podendo identificar, por meio da sua fala, a posição que ele assume na situação comunicativa. E o *significado textual* é construído pela estrutura temática e de informação, de modo que especifique as relações dentro dos textos ou entre o texto e a situação, atua na formação dos textos por meio do sistema linguístico e compreende os recursos que a língua tem para criar textos.

Tabela 1 – Sistema de realização dos significados

METAFUNÇÃO	SIGNIFICADO	SISTEMA POR MEIO DO QUAL ESSE SIGNIFICADO SE REALIZA
Ideacional	Ideacional	Transitividade – papel dos elementos linguísticos dentro da oração
Interpessoal	Interpessoal	Modo e Modalidade – ponto de vista do enunciador expresso por meio das funções da fala
Textual	Textual	Estrutura temática e de informação – especificação das relações dentro dos textos ou entre os textos e a situação

1.1.2 A metafunção interpessoal

Como pudemos constatar, o objetivo da metafunção interpessoal, marcada pelo modo e modalidade, é mostrar o ponto de vista do enunciador por meio da seleção dos elementos linguísticos que ele utiliza na construção de seu texto. Desse modo, acreditamos que, por meio dessa seleção, o enunciador acaba por “expor” o seu posicionamento em relação ao tema trazido pelo texto. Essa metafunção é parte importante da teoria de Halliday e aspecto fundamental para a consecução deste trabalho.

Em um texto, o autor pode expressar sua posição em relação a determinado tema por meio de suas escolhas, que são marcas deixadas por ele no decorrer de sua escrita. Então, cada elemento lexicogramatical pode ter uma funcionalidade diferente num texto. Como quando um autor decide colocar o advérbio “infelizmente” antes de determinada sentença: acredita-se que seu posicionamento seja contrário em relação à sentença que enuncia. Ou quando resolve acrescentar a expressão “é provável que” antes de uma oração subordinada substantiva: acredita-se que ele não está muito seguro em relação ao que será dito na oração que enunciará em seguida. Assim, podemos perceber a funcionalidade dos elementos lexicogramaticais que atuam em um texto, como podem contribuir para “revelar” o ponto de vista do autor em relação ao que diz.

1.2. Gêneros e Sequências Textuais

Apesar de os *gêneros textuais* serem infinitos, eles apresentam estruturas específicas que contribuem para sua organização e compreensão. Quando se consideram essas estruturas, faz-se referência ao *tipo textual* presente em cada texto. Uma das características básicas que marca um *tipo textual* é a predominância de determinados traços linguísticos em sua estrutura. Desse modo, cada tipo textual é formado por um conjunto de traços que constituem uma sequência tipológica. Assim, para se obter uma construção adequada (coesiva e coerentemente) de um texto, é preciso fazer uma ligação entre essas sequências tipológicas para que seja, enfim, formada, por completo, a macroestrutura do texto.

1.2.1. Gêneros textuais

A perspectiva do trabalho com o texto nas aulas de Língua Portuguesa tem colocado em foco debates concernentes ao estudo do texto e, conseqüentemente, tem criado maior estímulo para o estudo de sua estrutura e de sua organização. Para o desenvolvimento dessa questão, é necessário que esteja clara, tanto para o professor quanto para o aluno, a diferença entre gênero textual e tipo textual (MARCUSCHI, 2008).

A necessidade comunicativa que temos é tamanha que fazemos uso de um grande repertório verbal em nossas relações sociais em busca de cumprir um objetivo comunicativo pretendido. Dessa maneira, o falante utiliza inúmeros atos verbais a fim de conseguir expressar seu objetivo. Entretanto, dentre esses diferentes atos comunicativos, existem alguns que têm o mesmo propósito, de modo que o usuário da língua possa utilizá-los para melhor se fazer entender na situação comunicativa a qual esteja exposto. Assim, é justamente a escolha por determinado ato verbal para cumprimento de objetivo específico que marca a existência de um gênero textual. Segundo Marcuschi,

gênero textual refere os textos materializados em situações comunicativas recorrentes. Os gêneros textuais são os textos que encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas. (MARCUSCHI, 2008, p. 155).

A abordagem dos gêneros textuais na escola pode ser um trabalho bastante produtivo, uma vez que o professor tem a chance de aproximar o aluno da Língua Portuguesa por meio dos textos que estão presentes no cotidiano desse aluno. Com base em uma visão defendida

por Bakhtin (1979, *apud* MARCUSCHI, 2008, pág. 208), que “aponta os gêneros textuais como esquemas de compreensão e facilitação da ação comunicativa interpessoal”, Marcuschi afirma que

a distribuição da produção discursiva em gêneros tem como correlato a própria organização da sociedade, o que nos faz pensar no estudo sócio-histórico dos gêneros textuais como uma das maneiras de entender o próprio funcionamento social da língua. Isto nos remete ao núcleo da perspectiva teórica dos estudos linguísticos sobre o texto e do texto aqui compreendidos, ou seja, a visão sociointeracionista. (MARCUSCHI, 2008, p. 208).

O gênero editorial

Como já dissemos anteriormente, a comunicação verbal é imprescindível para que o ser humano possa interagir com o seu próximo. É por meio da linguagem que ele estabelece suas relações, ora por meio da fala, ora por meio da escrita. Vimos também que, de acordo com a estrutura que cada texto apresenta, ele pode pertencer a um “grupo” específico marcado por um conjunto de características linguísticas específicas, que aqui chamamos de *tipos textuais*. Entretanto, cabe também a cada texto cumprir uma determinada função, um objetivo específico, e, de acordo com essa função que cada um se propõe a cumprir, eles se subdividem em novos e diferentes “subgrupos”, são os chamados gêneros textuais (MARCUSCHI, 2008).

Desse modo, entendemos que os gêneros textuais são inúmeros e estão cada vez mais presentes em nosso cotidiano. Marcuschi lista alguns gêneros para que possamos entender melhor essa definição e diferenciá-los dos tipos textuais. Para esse autor, “alguns exemplos de gêneros textuais seriam: telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, reportagem, aula expositiva, reunião de condomínio, notícia jornalística, [...]” (2008, p. 155).

O editorial, gênero textual com que trabalharemos nesta dissertação, é prototipicamente argumentativo, ou seja, sua estrutura é de base argumentativa, apresentando as características que esse tipo textual preconiza. Ele circula em um suporte convencional¹, o jornal. O objetivo de um editorial é expressar a opinião de um jornal ou de uma revista em relação a determinado assunto. Seu autor tem a intenção de persuadir, explicitamente, o leitor,

¹ Marcuschi define suporte da seguinte maneira: *entendemos aqui como suporte de um gênero um locus físico ou virtual com formato específico que serve de base ou ambiente de fixação do gênero materializado como texto* (2008, p. 174). Pode-se dizer que o suporte de um gênero é uma superfície física em formato específico que suporta, fixa e mostra um texto.

por meio do uso de bons argumentos, a compartilhar da opinião defendida pelo veículo de comunicação em que o editorial é publicado. É caracterizado por uma linguagem objetiva e impessoal.

1.2.2 Sequências textuais

Alguns autores, entre eles, Jean Michel Adam (1992), denominam os *tipos textuais* como *sequências textuais*, pois entendem que diferentes tipos podem aparecer em um mesmo texto, significando que ele seria composto por sequências diferentes. Todavia, ainda que haja diferentes tipos textuais em apenas um texto, sempre existe aquele que é predominante, cuja presença se dá de maneira marcante. De acordo com a visão de Adam, existem cinco sequências textuais: narrativa, descritiva, argumentativa, explicativa e dialogal. Entretanto, antes de chegar a tal conclusão, ele ainda faz menção a outras duas sequências: a injuntiva e a poética. Essas duas apenas foram retiradas da “divisão” porque ele considerou a primeira como parte da descrição e a segunda como um resultado de ajustes de superfície do texto.

Ao concluir suas observações sobre os tipos textuais, Marcuschi (2002) traz a sugestão de Werlich (1973, apud Marcuschi 2002), que realiza uma abordagem desses critérios a partir de estruturas linguísticas típicas dos enunciados que formam a base do texto. Assim, esse autor desenvolve cinco bases temáticas textuais típicas, que darão origem aos cinco tipos textuais que conhecemos. Essas bases são: descritiva, narrativa, expositiva, argumentativa e injuntiva.

Desse modo, tanto Marcuschi quanto Adam desenvolvem estudos bastante relevantes sobre as estruturas dos textos, entretanto utilizam denominações diferentes para fazer referência às sequências abordadas por cada um.

Quadro 1 – Sequências e tipos textuais

ADAM (1992)	MARCUSCHI (2002)
Sequências textuais:	Tipos de texto:
narrativa	narrativo
descritiva	descritivo
argumentativa	argumentativo
explicativa	expositivo
dialogal	injuntivo

Em seguida, apresentaremos uma descrição de cada uma das sequências segundo os estudos desenvolvidos por Werlich, base para a proposta de Marcuschi.

A *base narrativa* apresenta o predomínio da sequência temporal. Em sua estrutura, encontramos verbos de mudança no pretérito perfeito e marcadores circunstanciais de tempo e lugar, seu enunciado é designado como indicativo de ação.

Em vista de uma melhor compreensão dessa sequência, mostraremos, a seguir, um fragmento de *Dom Casmurro*, em que podemos observar os aspectos da base narrativa.

Uma noite destas, vindo da cidade para o Engenho Novo, encontrei no trem da Central um rapaz aqui do bairro, que eu conheço de vista e de chapéu. Cumprimentou-me, sentou-se ao pé de mim, falou da Lua e dos ministros, e acabou recitando-me versos. (...) Sucedeu, porém, que, como eu estava cansado, fechei os olhos três ou quatro vezes; tanto bastou para que ele interrompesse a leitura e metesse os versos no bolso. (MACHADO DE ASSIS, 1997. p. 13)

Exemplos dos aspectos da base narrativa encontrados:

- verbos de mudança no pretérito perfeito – “*Cumprimentou*”, “*sentou*”, “*falou*”;
- marcadores circunstanciais de tempo – “*Uma noite dessas*”;
- marcadores circunstanciais de lugar – “*no trem da Central*”.

A *base descritiva* apresenta, como elemento central de sua organização, as sequências de localização. Sua estrutura é simples e nela geralmente predominam verbos estáticos no presente ou no imperfeito, e é marcada por uma indicação circunstancial de lugar.

Para uma melhor compreensão dessa sequência, mostraremos, a seguir, um fragmento de *O Cortiço*, em que podemos observar os aspectos da base descritiva.

Amanhecera um domingo alegre no cortiço, um bom dia de abril. Muita luz e pouco calor. As tinas estavam abandonadas; os coradouros despídos. Tabuleiros e tabuleiros de roupa engomada saiam das casinhas, carregados na maior parte pelos filhos das próprias lavadeiras que se mostravam agora quase todas de fato limpo; os casaquinhos brancos avultavam por cima das saias de chita de cor. Desprezavam-se os grandes chapéus de palha e os aventais de aniagem; agora as portuguesas tinham na cabeça um lenço novo

de ramagens vistosas e as brasileiras haviam penteado o cabelo e pregado nos cachos negros um ramallete de dois vinténs; aquelas trancavam no ombro xales de lã vermelha, e estas de crochê, de um amarelo desbotado. Viam-se homens de corpo nu, jogando a placa, com grande algazarra. Um grupo de italianos, assentado debaixo de uma árvore, conversava ruidosamente, fumando cachimbo. Mulheres ensaboavam os filhos pequenos debaixo da bica, muito zangadas, a darem-lhes murros, a praguejar, e as crianças berravam, de olhos fechados, esperneando. (ALUÍSIO DE AZEVEDO, 1998, p. 41)

Exemplos dos aspectos da base descritiva encontrados:

- verbos estáticos no imperfeito – “*estavam*”, “*tinham*”, “*trancavam*”, “*conversava*”;
- marcadores circunstanciais de lugar – “*no cortiço*”, “*na cabeça*”, “*debaixo de uma árvore*”.

A *base expositiva* apresenta o predomínio de sequências analíticas ou então explicitamente explicativas. Em sua estrutura, temos enunciados de ligação de fenômenos, ora pela identificação desses fenômenos, ora pela relação que é estabelecida pelo seu sujeito e seu complemento.

Com o objetivo de melhor compreender essa sequência, mostraremos, a seguir, um fragmento do texto *Como foi inventado o automóvel*, em que podemos observar os aspectos da base expositiva.

Como tantas outras máquinas complexas, ele foi resultado de uma longa e lenta evolução. Ainda durante a Renascença, no século XV, o pintor e inventor italiano Leonardo da Vinci projetou um triciclo movido a corda, como um relógio. A idéia, porém, nunca saiu do papel e o automóvel só começou a ganhar vida três séculos depois, a partir do aperfeiçoamento da máquina a vapor. Bastou isso ocorrer para que o engenheiro francês Nicolas-Joseph Cugnot criasse, em 1769, a carruagem movida a vapor, uma das primeiras versões do que viria a ser o automóvel. A invenção de Cugnot demorou um pouco para se popularizar, mas em 1800 já existiam ônibus a vapor circulando pelas ruas de Paris. Esses veículos, que funcionavam queimando carvão, eram pesados, barulhentos e fedorentos – tanto que foram proibidos na Inglaterra,

onde os trens já eram o principal meio de transporte.
(<http://mundoestranho.abril.com.br/materia/como-foi-inventado-o-automovel>)

Exemplos de aspecto da base expositiva encontrados:

- enunciado de ligação de fenômenos – *“Bastou isso ocorrer para que o engenheiro francês Nicolas-Joseph Cugnot criasse, em 1769, a carruagem movida a vapor, uma das primeiras versões do que viria a ser o automóvel.”* e *“Esses veículos, que funcionavam queimando carvão, eram pesados, barulhentos e fedorentos – tanto que foram proibidos na Inglaterra, onde os trens já eram o principal meio de transporte.”*

A base argumentativa é dada pelo predomínio de sequências contrastivas explícitas. Em sua estrutura, encontramos, na maioria dos casos, o verbo ser no presente e complementos (no caso, adjetivos). Trata-se de um enunciado de atribuição de qualidade.

Para que haja uma melhor compreensão dessa sequência, mostraremos, a seguir, um fragmento do editorial *Sabor autoritário*, em que podemos observar os aspectos da base argumentativa.

Evitar que jovens comecem a fumar é objetivo nobre e de alta relevância sanitária. Parece excessiva, entretanto, a decisão da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) de proibir o uso dos aditivos utilizados pela indústria ao fabricar cigarros com sabor.

(<http://coletivodar.org/2012/03/editorial-da-folha-de-sp-sobre-proibicao-de-cigarros-com-aditivos-sabor-autoritario/>)

Exemplos dos aspectos da base argumentativa encontrados:

- sequência contrastiva explícita – *“... alta relevância sanitária. Parece excessiva, entretanto, a decisão da Anvisa...”*;
- verbo ser no presente e complementos – *“... é objetivo nobre e de alta relevância sanitária.”*

A base injuntiva é marcada pelo predomínio de sequências imperativas. Sua estrutura vem representada por verbos no imperativo e seus enunciados são incitadores a uma ação.

Em razão de uma melhor compreensão dessa sequência, mostraremos, a seguir, um fragmento de uma receita culinária, retirada de um site da *internet*, em que podemos observar os aspectos da base injuntiva.

No liquidificador, misture os ovos, o açúcar e a margarina. Bata até ficar homogêneo. Acrescente o achocolatado e o coco ralado e bata novamente. Por último, acrescente o fermento e pulse no liquidificador até que incorpore à massa.

Despeje a mistura numa forma de pudim já untada.

Leve ao forno aquecido a 180 °C e asse por cerca de 30 a 40 minutos.

(<http://gshow.globo.com/receitas/bolo-de-chocolate-de-liquidificador-536e9ffa4d3885015e00005a>)

Exemplos dos aspectos da base injuntiva encontrados:

- verbos no imperativo em enunciados incitadores a uma ação – “*Bata até ficar homogêneo*” e “*acrescente o fermento e pulse*”.

Retomando o que já foi dito, um texto pode apresentar mais de uma sequência em sua constituição. Observemos este editorial (texto 10 de nosso *corpus*), em que isso pode ser demonstrado:

Editorial: César, o papa e o califa

Pode-se encontrar qualquer tipo de disparate e opinião bizarra nas redes sociais, e o mais sensato, em geral, é não levar nada disso a sério. Mas a proporção da tolice se altera, sem dúvida, dependendo da importância e da representatividade da pessoa que a proferiu.

Causa estranheza, assim, a manifestação do secretário da Justiça do Estado de São Paulo, Aloisio de Toledo César, sobre os atentados ao jornal francês "Charlie Hebdo".

No Facebook, o desembargador aposentado expressa sua "mais profunda indignação ao (sic) mau uso da liberdade de expressão dos cartunistas franceses". Estamos apenas na abertura de seu texto, e já não é pouca coisa.

O mundo assistiu, estupefocado, ao vídeo em que dois jihadistas saem de um carro numa rua de Paris. Haviam acabado de chacinar 11 pessoas no semanário satírico. Um segurança está no caminho dos terroristas. É baleado; cai no chão. Um dos assassinos se aproxima e mata-o à queima-roupa.

E como reage o novo secretário da Justiça de Geraldo Alckmin (PSDB)? Ele se indigna. Profundamente. Não com o ato bárbaro dos extremistas, sobre o qual silenciou, mas com o "mau uso da liberdade de expressão". Condena os cartunistas, não os assassinos.

Na ótica de Toledo César, os humoristas do "Charlie Hebdo" – aqueles que sobreviveram, bem entendido, e que lançaram nova edição do jornal com charges sobre a tragédia – "já provocaram mortes e insistem em dar chicotadas nos muçulmanos, desafiando-os".

É o mundo de ponta-cabeça, numa fraseologia em que vítimas se transformam em terroristas, e em que cartunistas viram executores da lei islâmica – que estabelece, como ocorre agora na Arábia Saudita, o açoitamento de infiéis.

Admita-se que nem todas as pessoas estão dispostas a endossar o lema "Je suis Charlie", em solidariedade às vítimas do extremismo. Nem todos, de fato, consideram justa ou construtiva a iniciativa de pilheriar com religiões.

Mas discordar do "Charlie Hebdo" não se confunde com uma absoluta inversão dos valores da liberdade e da tolerância, além do senso de justiça. Voltando-se a indignação contra as vítimas, abrem-se as portas da solidariedade com os assassinos. "Eu sou Maomé", disse Toledo César; poderá dizer "Eu sou Chérif Kouachi" também?

O papa Francisco deu alguma legitimidade institucional a essa atitude, observando que, se um assessor insultasse a sua mãe, receberia um murro em resposta. Conclua-se que, se um cartunista desenhar Maomé, é normal que seja punido por isso. Eis um caso, ao mesmo tempo trágico e irônico, em que todos – César, o papa e o califa – estão de acordo.

(Folha de São Paulo, 20/01/2015)

Legenda:

Sequência argumentativa

Sequência narrativa

Sequência expositiva

Nesse editorial, encontramos sequências argumentativas, sequências narrativas e sequências expositivas. Para melhor visualização, destacamos a ocorrência de cada uma no decorrer do texto: as sequências argumentativas na cor amarela, as narrativas na cor verde e as expositivas na cor rosa.

Analisando as sequências demarcadas no texto, percebemos que a maior parte delas é argumentativa, ou seja, ainda que haja outras duas sequências, no caso a narrativa e a expositiva, a argumentativa é a predominante. A função das sequências argumentativas encontradas é mostrar a maneira como o autor do texto trata o assunto abordado, de modo que deixe claro seu posicionamento. O autor discute a questão de um acontecimento público – o resultado de uma ação extremista que matou muitas pessoas na França – que tomou uma proporção muito grande, entretanto, tal discussão é desenvolvida a partir do seu ponto de vista sobre o assunto.

As sequências narrativas que foram encontradas têm como objetivo apenas relatar alguns fatos relacionados ao assunto em questão. No caso, os fatos foram: a indignação do secretário da Justiça de São Paulo em sua página no *facebook* e o conteúdo de um vídeo a que muitas pessoas assistiram.

As sequências expositivas encontradas têm por finalidade apenas discutir de modo imparcial alguns aspectos do assunto do texto.

Assim, percebemos que as sequências narrativas e as expositivas estão presentes no texto, não apenas com a intenção de relatar ou explicar fatos, mas a serviço da argumentação, pois essas sequências acrescentam informações que reforçam alguns aspectos do ponto de vista do autor, constituindo-se com estratégias argumentativas.

Além disso, também podemos associar a ideia de a sequência predominante ser a argumentativa ao fato de o texto pertencer ao gênero textual *editorial*. A função desse gênero é expressar a opinião do jornal em relação ao assunto discutido, com a intenção de persuadir, explicitamente, o leitor, por meio do uso de bons argumentos, conforme já mencionado na seção 1.2.1.

Toda essa preocupação com a organização dos textos se dá pelo fato de ser por meio deles que a interação entre as pessoas se dá, sejam eles textos orais ou escritos.

Como já foi aqui demonstrado, um texto pode ter, em sua configuração, mais de um tipo, mas um deles sempre predomina sobre os demais. O outro ou os outros tipos que no texto figurarem estarão lá a serviço daquele predominante. Podemos dizer, por exemplo, que, embora em *César, o Papa e o Califa* haja sequências narrativas e expositivas, conforme demarcado no texto pelas cores verde e rosa, elas estão no texto em apoio à sequência argumentativa (marcada em amarelo), que é a que no editorial predomina.

Marcuschi afirma que esses dois conceitos – gênero e tipo textual – são “constitutivos do funcionamento da língua em situações comunicativas da vida diária” (2008, p. 156) e conclui dizendo que “todos os textos se realizam em algum gênero e que todos os gêneros são constituídos de uma ou mais sequências tipológicas” (*op. cit.*, p. 176). Assim, entendemos que cada texto configura-se como um determinado gênero textual, de acordo com sua função social, com seu objetivo comunicativo, e apresenta, em sua constituição, um determinado tipo textual predominante, de acordo com a estrutura linguística específica que apresente.

A sequência argumentativa

A nova retórica, cujos estudos apontam para uma nova visão da percepção dos argumentos – partindo de uma lógica verossímil –, propõe uma metodologia de análise do comportamento social. Desse modo, a argumentação é constituída por tudo aquilo em que a sociedade acredita – em comum acordo – e por tudo aquilo que a ciência pode provar. Segundo Luiz Antônio Ferreira (2010),

A proposta central de Perelman sustenta-se na crença de que entre a força de arbitrariedade das crenças e da demonstração científica, existe uma lógica do verossímil que constitui a argumentação e, nessa perspectiva retoma a noção de *acordo*, desprezada pelo pensamento positivista. (2010, p. 145)

Dessa maneira, o estudo da argumentação costuma despertar grande interesse dentre os pesquisadores da área da linguagem, especificamente, em nosso caso, os estudiosos da Língua Portuguesa. Sendo assim, esse tema tem-se tornado objeto de estudo de muitos pesquisadores.

Segundo Azeredo, “a argumentação consiste no encadeamento de proposições com vista à defesa de uma opinião e ao convencimento do interlocutor.” (2012, p. 88). Ou seja, quando argumentamos, buscamos levar nosso interlocutor a partilhar da mesma opinião que temos sobre determinado assunto.

Os autores Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) acreditam que, para a concretização da estrutura argumentativa, é necessária a presença de argumentos que busquem o convencimento e a persuasão, tanto na fala quanto na escrita.

Façamos aqui uma ressalva: convencer e persuadir são conceitos diferentes. Além de levar o leitor ao convencimento daquilo em que ele acredita, cabe ao autor também persuadi-lo, de maneira que aquele, ao ser persuadido, não mude apenas seu pensamento, mas suas atitudes. Conforme Valente:

No campo da argumentação, faz-se necessário distinguir *convencer* de *persuadir*. No primeiro caso queremos que o autor pense como nós. No segundo, que aja como nós. Abreu (1999:25) destaca que “CONVENCER é saber gerenciar informação, é falar à razão do outro, demonstrando, provando”, enquanto que “PERSUADIR é saber gerenciar relação, é falar à emoção do outro”. [...] Em síntese, ao convencer uma pessoa, mudo o seu pensamento; ao persuadir, levo-o a alterar sua prática. (2011, pág. 52)

O interesse pelo estudo do texto argumentativo também se dá pelo fato de muitos autores não o distinguirem do texto expositivo. Entretanto, alguns estudiosos trabalham com a denominação *dissertativo* para referirem-se ao texto *expositivo*, denominação essa adotada por nós com base nos estudos de Marcuschi e Adam. Por isso, outros autores, como Othon M. Garcia – que trabalha com a denominação *dissertativo* –, abordam também tal diferença. Na visão de Garcia:

Nossos compêndios e manuais de língua portuguesa não costumam distinguir a dissertação da argumentação, considerando esta apenas “momentos” daquela. No entanto, uma e outra têm características próprias. Se a primeira tem como propósito

principal expor ou explicar, explicar ou interpretar ideias, a segunda visa sobretudo a convencer, persuadir ou influenciar o leitor ou ouvinte. Na dissertação, expressamos o que sabemos ou acreditamos saber a respeito de determinado assunto; externamos nossa opinião sobre o que *é* ou nos parece *ser*. Na argumentação, além disso, procuramos principalmente *formar a opinião* do leitor ou ouvinte, tentando convencê-lo de que a *razão* está conosco, de que nós *é* que estamos de posse da verdade. (2010, p. 380)

O texto argumentativo é um tipo de texto que está presente em nosso cotidiano a todo instante, já que, a todo momento, procuramos expor nossa visão de mundo e provar que ela é a mais “certa” de todas, até mesmo por uma questão de autoafirmação. Sendo assim, deve-se ter muito cuidado ao lidar com esse tipo de texto, de maneira que não se desvirtuem seus princípios, que devem ser pautados na lógica para que possam assim constituir uma boa argumentação, com argumentos consistentes. Como afirma Garcia, “ora, o insulto, os doestos, o sarcasmo por mais *brilhantes* que sejam, por mais que irrite ou perturbem o oponente, jamais constituem argumentos, antes revelam a falta deles”. (2010, p. 380).

Além de contarmos com um raciocínio consistente, ao argumentarmos, também precisamos provar as ideias em que acreditamos, e tal prova pode ser oferecida por meio de evidências. Segundo Garcia (2010, p. 381), “são cinco os tipos mais comuns de evidência: os *fatos* propriamente ditos, os *exemplos*, as *ilustrações*, os *dados estatísticos* (tabelas, números, mapas etc.) e o *testemunho*.”. Cada um desses recursos é visto como artifícios bastante relevantes na construção da argumentação. Apesar de os fatos serem considerados os mais importantes – pelo seu poder de prova –, alguns podem ser refutáveis, uma vez que o mundo caminha em constante evolução, o que faz com que as verdades sobre determinado fato possam mudar.

O contexto em que se dá uma argumentação determinará a maneira como ela será construída. Se o ambiente for pautado na informalidade, lançaremos mão de uma argumentação informal, caso contrário, nossa construção voltar-se-á para a argumentação formal.

Um exemplo bastante comum de argumentação informal pode estar presente nas conversas de que participamos no nosso cotidiano, já que, a todo momento, buscamos levar o outro a tomar a nossa verdade como única para ele também.

Na construção de uma argumentação informal, cuja intenção seja contestar uma ideia, primeiramente trazemos uma *proposição* – declaração, tese, opinião – para que, em seguida, seja estabelecida uma *concordância parcial* com a proposição, pois a ideia pode ser vista de um ponto de vista geral ou particular. Assim, além de concordarmos parcialmente, também podemos contestar parcialmente tal ideia – *contestação* ou *refutação*. Por fim, trazemos uma

conclusão, acompanhada de um conectivo conclusivo, e decorrente do que foi apresentado, para finalizar a construção.

Na construção da argumentação formal, também trazemos uma *proposição* – bastante clara e delimitada. No entanto esta não pode ser incontestável, pois, se não puderem contestá-la, não poderemos argumentar, até porque deve haver a divergência de opinião para que possamos convencer o nosso leitor ou ouvinte do nosso posicionamento. Em seguida, é necessário analisar nossa proposição – *análise da proposição* –, quando estabelecemos claramente o sentido do que estamos defendendo. Esse é o momento em que analisamos todas as palavras e expressões da nossa proposição de modo a evitar mal-entendidos. Após essa etapa, é preciso que os argumentos sejam formulados – *formulação dos argumentos* –, ou seja, que sejam apresentadas as evidências que comprovem o nosso posicionamento. Por exemplo, podemos usar artifícios como apresentar primeiramente as provas mais frágeis para, em seguida, apresentar as mais fortes. E, por último estágio, temos também a *conclusão*, que objetiva esclarecer a essência da proposição.

Tanto a argumentação informal quanto a formal apresentam estruturas parecidas, entretanto a formal exige preocupações diferentes da informal. Em seguida, apresentaremos um quadro com a estrutura de cada um dos tipos de argumentação.

Quadro 2 – Argumentação formal e informal

ESTRUTURA DA ARGUMENTAÇÃO INFORMAL	ESTRUTURA DA ARGUMENTAÇÃO FORMAL
1. Proposição	1. Proposição
2. Concordância parcial	2. Análise da proposição
3. Contestação ou refutação	3. Formulação dos argumentos (fatos, exemplos, ilustrações, dados estatísticos e testemunho)
4. Conclusão	4. Conclusão

1.3 **Conjunção**

Nesta seção, abordaremos o conceito de conjunção com base nos estudos de Michael A. K. Halliday e José Carlos Azeredo. Assim, traremos a visão de cada um desses estudiosos sobre o conceito, buscando conciliá-las em favor de nossa proposta de trabalho.

1.3.1 A conjunção segundo Halliday

Segundo Halliday & Hasan (1977), são estabelecidas diferentes relações sistemáticas entre as frases. Essas relações são responsáveis por permitir que as partes do texto se liguem, por meio de conectivos, de acordo com o seu sentido.

Existem alguns mecanismos de coesão que funcionam nos textos, como referência, substituição, elipse e conjunção. Entretanto, este último, além de ser considerado um mecanismo de coesão, também cumpre a função de chamar a atenção para o conteúdo de uma ou de outra oração por ele ligadas.

Para Halliday e Hasan, a conjunção é vista como um mecanismo coesivo responsável por realizar a conexão entre orações de um sistema, de maneira que haja alguma relação de sentido entre elas. É claro que tal conexão, além de acontecer entre as orações, também pode se dar entre as partes maiores de um texto, como, por exemplo, entre períodos e entre parágrafos. Segundo Dutra (2007, p. 24), “Halliday e Hasan (1977) consideram o caráter textual das relações coesivas conjuntivas quando se referem a elas como as existentes entre as frases que compõem o texto.”.

Entretanto, segundo a gramática normativa,

conjunções são os vocábulos gramaticais que servem para relacionar duas orações ou dois termos semelhantes da mesma oração. As *conjunções* que relacionam termos ou orações de idêntica função gramatical têm o nome de *coordenativas* [...]. Denominam-se *subordinativas* as *conjunções* que ligam duas orações, uma das quais determina ou completa o sentido da outra. (CUNHA, 2007, p. 593).

Desse modo, entende-se que, de acordo com a descrição dada pela gramática tradicional – aqui representada pela Nova Gramática do Português Contemporâneo, do Professor Celso Cunha –, a relação estabelecida pelas conjunções abrange, no máximo, o nível das orações.

No entanto, como já se disse, também podemos observar tais relações conjuntivas para além do nível do período, que é composto por orações.

Vale ressaltar ainda que essa relação coesiva pode ser expressa por meio de um conectivo, mas ela também pode ser construída sem a presença de um elo explícito, ou seja, apenas por meio do sentido estabelecido entre as partes do texto, que se encontram em justaposição.

Discutível é a serventia de ligar orações. Elemento nôvo interposto entre dous sistemas homogêneos tanto pode cimentar como desunir; e para ligar palavras a palavras, frases a frases, orações a orações, basta pronunciá-las seguidamente sem pausa. Que a linguagem creasse vocábulos expressamente para este efeito, por não poder encadear os enunciados sem tal recurso não é cousa crível. (SAID ALI, 1966, p. 218)

Apesar do que nos ensina Said Ali, cabe ressaltar que, para o estudo que nos propusemos desenvolver aqui, serão analisadas apenas as relações – existentes entre as orações – explicitadas por meio de conectivos, já que o objetivo é mostrar que a escolha por determinadas estruturas, iniciadas por determinados conectivos, ajuda a revelar a verdadeira intenção do autor/falante ao produzir seu texto.

1.3.2 A conjunção segundo Azeredo

A articulação dos recursos linguísticos na estrutura de um texto é responsável por seu(s) sentido(s). A maneira como esses recursos se organizam e se distribuem está diretamente relacionada ao sentido que se quer construir, ou seja, ao sentido que o autor/falante pretende materializar por meio do texto.

A visão que Azeredo apresenta das conjunções, no que diz respeito às partes do texto ligadas por elas, é parecida com visão da gramática tradicional. Isso porque ele também sugere que a relação estabelecida pelas conjunções existe, no máximo, até o limite da ligação entre as orações.

Segundo Azeredo,

Chama-se *conjunção subordinativa* a palavra invariável que, anteposta a uma oração com verbo flexionado em tempo, forma com ela um sintagma derivado. [...]. Chama-se *conjunção coordenativa* a espécie de palavra gramatical que une duas ou mais unidades (palavras, sintagmas ou orações) da mesma classe formal e mesmo valor sintático. (2012, pág. 198)

Desse modo, vê-se que o autor trabalha com a noção de conjunção até o limite da oração, além de ele trazer também uma descrição mais detalhada dessa classe de palavras, do ponto de vista semântico, morfológico e sintático.

1.4 O grupo da causalidade

Neste capítulo, abordaremos o conceito de causalidade com base nos estudos de Michael A. K. Halliday e José Carlos Azeredo. Primeiramente, traremos a visão de cada um sobre o conceito, em seguida, mostraremos as relações que esse conceito pode estabelecer no texto argumentativo e como, em conjunto, os dois autores contribuem para o ensino de Língua Portuguesa.

1.4.1 A causalidade segundo Halliday

As estruturas escolhidas por nós como foco neste trabalho foram aquelas cuja relação semântica construída entre as partes foi a de causalidade, expressa pelas orações subordinadas adverbiais que trazem a ideia de causa e efeito – as causais, as condicionais, as consecutivas e as finais, além da oração coordenada explicativa e da oração coordenada conclusiva, que, semanticamente, também integram o grupo da causalidade.

Os autores Halliday & Hasan denominam a relação conjuntiva de causa e efeito como causal, sendo que concedem a este grupo duas subclassificações. Sendo assim, eles a dividem em relações causais específicas – que abarcam a ideia de razão (representada nas orações adverbiais causais e nas coordenadas explicativas), resultado (representada nas orações adverbiais consecutivas e nas coordenadas conclusivas) e finalidade – e relações causais de condição – que trazem apenas a ideia de condição. Além disso, também atribuem conjunções específicas para cada tipo de relação, conforme exposto neste quadro:

Quadro 3 – Conectivos e relações de causalidade

RELAÇÃO CAUSALIDADE EXPRESSA	DE	CONECTIVOS
Relações causais específicas	de razão	<i>porque; por essa razão; por causa disso</i>
	de resultado	<i>então; em consequência disso; como resultado disso</i>
	de finalidade	<i>para isso; com essa intenção; com esse fim</i>
Relações causais de condição	<i>se..., então; nesse caso; sob tais circunstâncias</i>	

As relações estabelecidas por essas conjunções podem ser externas ou internas, dependendo do sentido expresso por elas. Se tais sentidos estiverem relacionados à metafunção ideacional da linguagem – apenas representada por um fato decorrente de uma experiência, ou seja, expressando apenas o papel dos elementos da oração –, temos uma relação conjuntiva *externa*; porém, se eles estiverem ligados à metafunção interpessoal – representada pela participação do enunciador na comunicação, ou seja, expressando a maneira pela qual ele exterioriza seu ponto de vista, suas atitudes e julgamento –, encontramos uma relação conjuntiva *interna*.

No entanto, nem sempre tal distinção entre relação conjuntiva interna e externa é tão bem marcada. Não se trata de conceitos “engessados”. Assim, entendemos que tal distinção se dá dessa maneira na maioria das vezes.

Em se tratando das relações conjuntivas causais, nosso objeto de estudo, podemos encontrar tanto relações internas quanto externas, a depender do gênero e da sequência textual que estejam sob observação, embora essa distinção não seja relevante para o propósito específico deste trabalho.

1.4.2 A causalidade segundo Azeredo

Para Azeredo, a relação de causalidade acontece quando dois fatos mantêm uma relação entre si, de modo que a ação de um depende da ação do outro ou a ação de um decorre da ação do outro. A marca dessa relação de dependência ou de decorrência está materializada por meio de quatro percepções diferentes: causa, condição, consequência e finalidade. Tais

realizações podem ser observadas por meio das orações subordinadas adverbiais causais, condicionais, consecutivas e finais.

Segundo Azeredo,

Do ponto de vista estritamente lógico, dois fatos se articulam pela relação de causalidade se a realização de um deles depende ou decorre da realização do outro. Desse modo, a causalidade é uma macrorrelação que se especifica por meio de quatro valores: *causa*, *condição*, *consequência* e *finalidade*, visto que causa e efeito não são ideias opostas, mas complementares. (2012, p. 323)

Ao trabalharmos com as orações que exprimem causalidade, percebemos que a ligação entre elas pode ser realizada por meio de conectivos, de maneira que cada valor expresso por determinada ação é percebido mais facilmente com a presença desses conectivos. Desse modo, temos um grupo de conectivos para indicar causa, outro grupo para indicar condição, outro para consequência e outro para finalidade.

Desse modo, quando trata dessas quatro relações, Azeredo cita cada um dos conectivos referentes a cada uma delas.

Tabela 2 – Relações semânticas e conectivos

VALOR EXPRESSO PELA RELAÇÃO SEMÂNTICA	CONECTIVOS
Causa	<i>porque, pois, como, já que, visto que, visto como, uma vez que, dado que, na medida em que, porquanto</i>
Condição	<i>se, caso, desde que, contanto que, a menos que</i>
Consequência	<i>tão...que, para, para que</i>
Finalidade	<i>para, para que, a fim de que, de maneira que, de molde a que</i>

Para esse autor, a principal diferença entre a causa e a condição decorre da questão da certeza ou incerteza da informação contida na oração adverbial. Quando a informação encontrada transmite certeza por parte do enunciador, temos a relação de causa, e geralmente são encontrados verbos no modo indicativo. Entretanto, quando a informação revela uma incerteza do enunciador, encontramos uma relação de condição, e geralmente os verbos aparecem no modo subjuntivo².

² Segundo Azeredo, dentre os conectivos que expressam condição, o *se* poder-se-á iniciar uma oração com o verbo no modo indicativo. (2012, pág. 325)

Tanto a relação de consequência quanto a de finalidade expressam efeito, todavia, apenas as finais podem preceder a oração base e, além disso, indicar um propósito.

1.4.3 A relação entre texto, causalidade e ensino de Língua Portuguesa

Ao nos comunicarmos, seja pela linguagem oral, seja pela escrita, expressamos as ideias presentes em nossa mente, porém elas sempre são influenciadas pelo meio em que são concebidas. No processo de formação do nosso discurso, dependendo da situação na qual estivermos inseridos, poderemos realizá-lo de maneira espontânea, quando um assunto leva a outro, e não nos preocupamos com o modo como ele é produzido; ou de maneira monitorada, quando redobramos nossa atenção em relação ao modo como realizamos nosso discurso. Por exemplo, quando estamos numa roda de amigos, no meio de um bate-papo bem informal, utilizamos uma linguagem bem descontraída, espontânea, até porque nossa intenção é apenas participar da conversa e contribuir para que a mesma flua de maneira harmoniosa. Já no contexto de uma reunião de negócios com o presidente de uma empresa, monitoramos mais a nossa fala para que possamos, de certa forma, impressioná-lo. No entanto, tanto de uma maneira quanto de outra, estabelecemos uma organização para a realização dos textos que produzimos.

Para cumprir sua função, todo discurso é dotado de alguma organização, ainda quando ele é produzido a duas bocas, como numa conversa ao telefone. Com efeito, a comunicatividade de qualquer texto depende de alguma lógica expressa na conexão de suas partes, conferindo-lhes coerência; sem isso, não passaria de um amontoado aleatório de palavras, e conseqüentemente não seria um texto. (AZEREDO, 2012, p. 122- 123)

Dessa maneira, compreendemos que, além da intenção do autor no que diz respeito à escolha dos elementos linguísticos formadores de seu texto, temos também a organização desses elementos na superfície do texto como fatores importantes na produção e, até mesmo, na compreensão textual.

Todos os elementos constitutivos do texto entram em sua construção por conta de alguma intenção de sentido e de algum fator combinatório, que, em certa medida, torna previsível ou mesmo obrigatória uma forma ou categoria em lugar de outra. (AZEREDO, 2012, p. 123)

A partir dessa visão, Azeredo complementa o pensamento sobre a construção do texto.

A construção do texto está assim sujeita a fatores combinatórios que tanto especificam as categorias/classes e formas das unidades que o constituem, quanto impõem limites ao posicionamento dessas unidades. Noutras palavras, o texto se realiza por meio de uma construção formal, sem a qual o sentido seria impossível. Esta construção formal, por sua vez, baseia-se no sistema de unidades e regras combinatórias a que damos o nome de gramática, (...) (2012, p. 124)

Entendemos, assim, que a descrição dos elementos da língua, estabelecidos pela gramática, é importante na construção dos textos que nos cercam, já que ajuda a organizá-los e constituí-los. No entanto, é preciso frisar que não apenas a descrição gramatical é responsável por essa função, como muitas vezes a escola nos faz crer.

A gramática, portanto, não é uma armadura que enrijece a frase, mas um sistema de meios que torna possíveis a elaboração e a troca de significados por meio de uma língua. Assim concebida, a gramática é parte do conhecimento que qualquer indivíduo tem de sua língua. Um conhecimento que é ativado no processo de produzir e compreender as frases/textos dessa língua. (AZEREDO, 2012, p. 127)

Sendo assim, no ensino de Língua Portuguesa, não basta serem estudadas apenas as regras que compõem a gramática, mas, principalmente, a formação do sentido pelos elementos escolhidos para compor um texto. Por isso, deve ser o texto o elemento principal no estudo de uma língua.

Tomamos a relação de causalidade estabelecida entre as orações de um texto como elemento bastante relevante no estudo do texto argumentativo, pois acreditamos que a escolha de um autor/falante por tal estrutura revela muito mais do que o que está presente na superfície do texto. Essa escolha mostra que o conteúdo das orações envolvidas nessa relação está ligado aos argumentos utilizados pelo autor/falante em seu texto.

2 METODOLOGIA

Este capítulo tem por objetivo descrever a maneira como nossa pesquisa foi desenvolvida a partir do *corpus* escolhido.

2.1 Apresentação do *corpus*

O *corpus* deste trabalho é composto por vinte editoriais da *Folha de São Paulo* (*online*). Todos os editoriais foram previamente escolhidos segundo o tema neles discutido, já que optamos por trabalhar com uma temática de cunho social.

Os editoriais são: *Sem mais delongas; Um bom recomeço; Delação aprovada; Partos contraproducentes; Barbárie maranhense; Mais de uma vez; Mais um passo; Choque de realidade; Reclassificação sensata; César, o papa e o califa; Dias difíceis; Ensino público e justo; Penúria diplomática; Página virada; Fechar as torneiras; Saúde debilitada; Petrobras, o deboche; A ameaça da mordaca; Sobre leis e salsichas; e Ciência com moderação.*

2.2 Análise do *corpus*

Primeiramente, marcamos, em todos os editoriais, as orações que exprimem as relações de causalidade neles presentes. A partir daí, realizamos uma análise de sua funcionalidade no contexto em que estão inseridas. Como nossa análise é de base sistêmico-funcional, justifica-se o apoio no contexto (o texto em si do editorial como um todo e o contexto de situação e de cultura em que fora produzido) para justificar as escolhas do autor por este ou aquele conector e por este ou aquele modo de construção da relação semântica por nós discutida. Trata-se, como propõe a Linguística Sistêmico-Funcional, de uma análise de base semântica, mas sempre apoiada na lexicogramática.

Como o objetivo da metafunção interpessoal é mostrar o ponto de vista do enunciador por meio da escolha dos elementos linguísticos que ele utiliza na construção do seu texto,

observaremos a funcionalidade das orações que expressam a relação de causalidade presentes no *corpus* deste trabalho, com o objetivo de mostrar de que modo o interlocutor expõe seu posicionamento por meio da escolha dessas estruturas.

Esclarecemos que não trabalharemos com todas as orações de valor causal que há no *corpus*. Optamos por trabalhar apenas com aquelas marcadas por conectivo. Essa opção metodológica se dá por acreditarmos que a presença do conector não deixa dúvida sobre a intenção do enunciador, o que é, para nós, um aspecto relevante.

Esclarecemos, também, que as relações de causalidade serão abordadas aqui a partir da nomenclatura estabelecida por Halliday, uma vez que usamos como teoria de base para nosso trabalho a Linguística Sistêmico-Funcional.

Assim, durante a nossa análise, ao estabelecermos as relações de causalidade no *corpus* utilizando a nomenclatura de Halliday, deixamos clara a proximidade entre esta e a proposta por Azeredo.

No quadro a seguir, apresentaremos, somente a título de comparação, a nomenclatura utilizada pelos dois autores, de acordo com a relação estabelecida entre as orações:

Tabela 3 – Relações de causalidade

AUTOR	HALLIDAY	AZEREDO
RELAÇÃO DE CAUSALIDADE	razão	causa
	resultado	consequência
	finalidade	finalidade
	condição	condição

Passamos, agora, a apresentar a análise de cada um dos editoriais que forma nosso *corpus*, a partir das orações que expressam relação de causalidade. Em seguida, apresentaremos, em forma de quadro sinóptico, os resultados de nossa análise.

2.2.1 Texto 1 – Sem mais delongas

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara terá hoje (11), pela sétima vez, a oportunidade de analisar o processo de cassação do deputado André Vargas (ex-PT-PR).

Se desta vez os integrantes da comissão levarem a sério suas atribuições legais, eles decidirão se o ex-vice-presidente da Casa quebrou o decoro parlamentar em dois casos que envolvem o doleiro Alberto Youssef, preso na operação Lava Jato da Polícia Federal.

Em um dos episódios, revelado por esta **Folha**, Vargas e sua família viajaram ao Nordeste num jatinho emprestado por Youssef. No outro, o deputado é suspeito de ter auxiliado o doleiro a fechar contratos fraudulentos – e milionários – com o Ministério da Saúde.

As circunstâncias bastaram para que o Conselho de Ética da Câmara, em 20 de agosto, recomendasse de forma unânime a cassação do mandato de Vargas. Desde então, entretanto, a CCJ parece fazer de tudo para não examinar o recurso apresentado pelo ex-petista.

Quatro sessões marcadas com essa finalidade foram suspensas por falta de quorum; deram-se, além disso, um adiamento devido a um pedido de vista, feito pelo petista José Mentor (SP), e outro porque o advogado de Vargas alegou não poder comparecer à reunião.

Não há nenhuma coincidência. Longe dos microfones, participantes da comissão admitem a existência de um acordo para protelar a decisão tanto quanto possível.

Intui-se com facilidade a estratégia. Trata-se de evitar que o caso chegue ao plenário da Câmara neste ano, a fim de que Vargas, que não disputou a eleição, mantenha-se a salvo dos efeitos da Lei da Ficha Limpa – nos termos dessa norma, à cassação adicionam-se oito anos de inelegibilidade.

Aliados do ex-vice-presidente da Casa temem um resultado negativo no plenário, já que o voto secreto, esteio do corporativismo pusilânime, foi extinto no ano passado.

Enquanto dão sobrevida a Vargas, essas manobras enterram o discurso que o PT utilizou antes das eleições. O mesmo partido que tratava o deputado como um fardo e defendia que ele renunciasse agora procura protegê-lo.

Embora já não seja novo o comportamento da legenda, nem por isso deixa de ser lamentável. Ao buscar brechas na Lei da Ficha Limpa e no sistema de voto aberto, André Vargas e seus aliados mostram o quanto valorizam mecanismos que vieram para modernizar o sistema político brasileiro.

Para piorar, como efeito colateral dessa chicana, a pauta da CCJ está trancada, e os deputados não podem debater projetos relevantes para o país. De que lado os membros da Comissão de Constituição e Justiça pretendem ficar?

(Folha de São Paulo, 11/11/2014)

No texto 1, o autor critica a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara por ainda não ter cassado o mandato do deputado André Vargas, uma vez que já havia sido revelado que ele estava envolvido em esquemas fraudulentos na política. O autor utiliza a oração subordinada adverbial condicional – a hipótese de os integrantes da CCJ levarem a sério suas atribuições – para deixar bem clara sua crítica, já que essa hipótese é capaz de pôr em dúvida a integridade dos integrantes da CCJ. Esse fato pode levar o leitor a concordar com o posicionamento do autor, pois, estando em dúvida em relação à capacidade desses participantes da Comissão, acaba concordando com o autor. Assim, a partir dessa construção, podemos perceber esse posicionamento do autor, em defesa de sua tese, e é por meio dessa oração que essa ideia é transmitida ao leitor.

No decorrer do texto, o autor cita alguns motivos para a cassação ainda não ter acontecido. Um desses motivos é iniciado pela estrutura da oração subordinada adverbial causal, a razão é de o advogado de Vargas ter alegado não ter podido estar presente. Esta não é uma causa “convincente”, pois se trata de uma escolha de conteúdo para derrubar os motivos que impedem a cassação, sendo assim, o autor deixa clara sua intenção de crítica à não ocorrência da cassação.

Logo em seguida, a estrutura da oração subordinada adverbial final também traz uma informação que ajuda na defesa do ponto de vista do autor. Ele diz que alguns participantes admitem a existência de um acordo para então, por meio dessa estrutura, mostrar que a finalidade desse acordo é protelar cada vez mais a decisão pela sua cassação.

Mais à frente, ele utiliza outra oração subordinada adverbial final e mostra o objetivo de o deputado ainda não ter tido seu mandato cassado – manter-se a salvo dos efeitos da Lei Ficha Limpa. A intenção do autor, por meio dessa oração, é fazer com que o leitor consiga perceber o porquê do atraso do CCJ na cassação desse mandato, e isso pode fazer com que o leitor seja convencido do posicionamento do autor.

Em seguida, ele traz uma causa – a extinção do voto secreto – para justificar o fato de aliados do ex-vice-presidente da Casa temerem um resultado negativo referente à cassação.

No final do texto, ele utiliza uma estrutura que indica uma finalidade de a cassação ainda não ter acontecido dizendo que a situação ainda irá piorar em decorrência de a pauta da CCJ já estar trancada.

Sua escolha por essas orações demonstra que elas são responsáveis por contribuírem em sua argumentação, na defesa de seu posicionamento, e isso ocorre por serem parte do grupo *causa e efeito*. Neste caso, três pertencem ao grupo da causa – as duas que indicam causa e a que indica condição – e as outras três – que trazem a ideia de finalidade –, ao grupo do efeito.

ORAÇÃO	RELAÇÃO DE CAUSALIDADE EXPRESSA
<i>Se desta vez os integrantes da comissão levarem a sério suas atribuições legais,</i>	Condição
<i>porque o advogado de Vargas alegou não poder comparecer à reunião.</i>	Razão
<i>para protelar a decisão tanto quanto possível.</i>	Finalidade
<i>a fim de que Vargas mantenha-se a salvo dos efeitos da Lei da Ficha Limpa</i>	Finalidade
<i>já que o voto secreto, esteio do corporativismo pusilânime, foi extinto no ano passado.</i>	Razão
<i>Para piorar</i>	Finalidade

2.2.2. Texto 2 – Um bom recomeço

O discurso de posse da presidente Dilma Rousseff (PT) evidenciou outra vez o quanto a petista resiste à crítica de que o programa de seu primeiro governo resultou em degradação das condições de crescimento econômico, fracasso notável em passivos crescentes, produtividade estagnada, inflação alta e regressão institucional.

Pelo menos se verifica, com alívio, que, apesar da recusa retórica a admitir erros, Dilma não tem sido empecilho a um plano de retorno à racionalidade econômica.

Recém-nomeados, os ministros da Fazenda e do Planejamento afirmaram que o governo voltaria a ter uma meta crível de poupança. Ademais, empregaria medidas corretas do valor da dívida e conteria o agigantamento dos bancos públicos. Houve ainda vagas promessas de reformas microeconômicas e de incentivo ao mercado de capitais.

Desde então, o crédito no BNDES encareceu, primeira iniciativa com vistas a reduzir caros subsídios para empresas privadas. Há compromissos e primeiros passos no sentido de dar cabo de subvenções à energia elétrica, entre outras.

Divulgou-se um pacote de ações, devidas faz muito tempo, a fim de conter gastos exagerados com pensões por morte e seguro-desemprego. Não houve "cassação" de direitos, mas apenas e tardiamente a exigência de prazos de carência para a concessão de tais benefícios.

Havia incentivos para a montagem de arranjos familiares com o propósito de obter pensões precoces, além de estímulos para a alta rotatividade no emprego, com o que se cavavam vantagens indevidas contra o interesse da maioria dos contribuintes.

A nova equipe econômica tem reafirmado seu compromisso com o desmonte do programa de endividamento público para a concessão de crédito estatal, que custou quase meio trilhão de reais desde 2009.

Tanto ministros da área econômica como o Banco Central tomam ou preanunciam medidas que devem levar a taxa de câmbio a um valor mais realista e compatível com as necessidades de financiamento externo do país.

Isto é, um real mais desvalorizado, o que deve conter o consumo de importados e dar algum estímulo às exportações brasileiras – espera-se, assim que seja reduzido o preocupante déficit externo.

Ainda nesse front, o ministro Joaquim Levy (Fazenda) tocou em outro tabu do petismo ao insinuar que vai buscar a redução do protecionismo no comércio exterior.

A nova equipe econômica mal começou a trabalhar. No entanto, anunciou ou já aprovou algumas medidas relevantes, as quais por ora avalizam as boas intenções de conter o déficit público, eliminar intervenções indevidas do governo e promover o aumento da eficiência. É um bom começo.

(Folha de São Paulo, 04/01/2015)

No texto 2, o autor discute sobre a tentativa de levantamento político do governo, já que, desde o primeiro mandato da atual presidente, a população viria sofrendo, segundo ele, as consequências de erros governamentais. Ele acredita que o governo está caminhando bem nessa tentativa, tanto que ele utiliza a oração subordinada adverbial final para mostrar um objetivo para o fato de o BNDES ter encarecido o crédito – reduziu caros subsídios para empresas privadas. Esse objetivo é um fator positivo em relação ao posicionamento do autor referente ao levantamento político governamental, e ele utilizou a estrutura dessa oração para deixar isso bem claro.

Em seguida traz outra oração subordinada adverbial final para mostrar uma outra finalidade – de dar cabo de subvenções à energia elétrica – para que as atitudes pretendidas pela presidente sejam vistas como positivas. Tal aspecto positivo está ligado à ideia defendida pelo autor.

Logo em seguida, o autor diz que foi divulgado um pacote de ações para amenizar o caso. Ele utiliza outra oração subordinada adverbial final com o objetivo de mostrar que essas medidas – o pacote de ações – ajudarão o governo a se reerguer, já que esta é a finalidade – conter gastos exagerados com pensões por morte e seguro-desemprego. Desse modo, a estrutura com a oração final é capaz de transmitir para o leitor que tal finalidade ajudará, de fato, na restauração estrutural do governo, o que faz parte da intenção do autor, já que é a sua ideia principal.

Mais à frente, o autor traz uma última ideia de finalidade em seu texto, mostrando que as famílias obterão pensões precoces, além de estímulos para a alta rotatividade no emprego. Assim, deixa claro que tal finalidade contribui para aspectos positivos do governo.

Sua opção por essas orações demonstra que elas são responsáveis por contribuírem em sua argumentação, na defesa de seu posicionamento, e isso ocorre por serem essas orações parte do grupo *causa e efeito*, nos quatro casos, do efeito.

ORAÇÃO	RELAÇÃO DE CAUSALIDADE EXPRESSA
<i>com vistas a reduzir caros subsídios para empresas privadas</i>	Finalidade
<i>no sentido de dar cabo de subvenções à energia elétrica, entre outras.</i>	Finalidade
<i>a fim de conter gastos exagerados com pensões por morte e seguro-desemprego.</i>	Finalidade
<i>com o propósito de obter pensões precoces, além de estímulos para a alta rotatividade</i>	Finalidade

no emprego,	
-------------	--

2.2.3. Texto 3 – Delação aprovada

Se o esquema de corrupção na Petrobras causou assombro em 2014 pelos montantes desviados e pela desfaçatez com que agiam os envolvidos, a Operação Lava Jato provocou surpresa com uma novidade procedimental: o uso sistemático das delações premiadas.

A eficácia do mecanismo logo chama a atenção. Na maioria dos escândalos anteriores, as apurações pouco avançavam além dos personagens diretamente flagrados na pilhagem. O alto escalão raramente se via atingido.

Agora, diretores de grandes empreiteiras não só foram presos mas também revelaram o que sabiam. Se os investigadores conseguirem aliar aos relatos as necessárias provas materiais, terão condições de instruir processos sólidos, com eventual responsabilização penal de executivos e devolução do dinheiro desviado.

A mudança de atitude se explica pela teoria dos jogos. Sem a delação premiada, os acordos de silêncio, que dificultam o avanço dos inquéritos, constituem a melhor estratégia para os investigados.

Quando, no entanto, ao menos um envolvido decide trocar informações por benefícios jurídicos, os outros passam a ter mais a perder com a escolha de não colaborar.

A consequência ficou evidente no curso da Lava Jato: as apurações ganham velocidade e alcance.

Ainda assim, sobretudo entre os advogados, não faltam críticas ao instituto. Do ponto de vista técnico, por exemplo, argumenta-se que a ferramenta rompe com o princípio da proporcionalidade da pena. Dois atores que tenham apresentado idêntica conduta criminosa podem receber sanções diferentes.

São, contudo, as objeções morais que se fazem mais rumorosas. A noção de lealdade ao grupo parece tão entranhada nos seres humanos que não

passa sem certa repulsa o incentivo à traição – mesmo que ela ocorra entre bandidos e proporcione benefício público.

Também se afirma que as prisões cautelares pressionam os investigados a falar, como se fossem – passe a hipérbole típica dos defensores – uma forma de tortura.

Os argumentos merecem reflexão; abusos, em qualquer circunstância, precisam ser combatidos, e as balizas legais jamais podem ser afastadas num Estado de Direito.

Daí não decorre, no entanto, que a delação premiada deva ser descartada. Os que se beneficiaram da corrupção sabem o quanto violaram a confiança da sociedade; não deveriam pedir ao poder público que se preocupe com a promoção da ética entre delinquentes.

(Folha de São Paulo, 04/01/2015)

No texto três, o autor discute a importância da delação premiada para a nossa sociedade. Logo no início do texto, ele utiliza uma oração subordinada adverbial condicional – a condição de o esquema de corrupção na Petrobras ter causado assombro em 2014 pelos montantes desviados e pela desfaçatez com que agiam os envolvidos da ocorrência de um racionamento, para, em seguida, mostrar a diferença de postura do governo em relação a um fato parecido – a surpresa mostrada pelo uso da delação premiada na Operação Lava Lato. Desse modo, ele chama a atenção do leitor para o aspecto positivo da existência desse mecanismo, em detrimento do caso ocorrido quando tal mecanismo ainda não existia (o esquema de corrupção da Petrobras).

A segunda oração condicional do texto traz uma hipótese – de os investigadores conseguirem aliar aos relatos as necessárias provas materiais – para, em seguida, mostrar a importância da revelação na delação para os processos. Assim, a partir dessa construção, podemos perceber que, mais uma vez, o autor busca chamar a atenção do leitor para que este seja convencido de tal posicionamento.

A oração subordinada com valor de resultado é utilizada quando o autor coloca em questão a estranheza pela possível falta de lealdade entre os seres humanos, mesmo sendo “bandidos”, já que, por meio da delação premiada, um irá “entregar” o outro. Assim, essa oração mostra um possível aspecto negativo referente à delação premiada. Entretanto, o autor, por meio dessa oração, deixa bem claro que tal fator não se sobrepõe aos aspectos positivos do mecanismo.

Sua opção pela estrutura dessas orações demonstra que elas são responsáveis por contribuir para sua argumentação na defesa de seu posicionamento, e isso ocorre por serem essas orações parte do grupo *causa e efeito*. Nos três casos encontrados nesse texto, os dois primeiros fazem parte do grupo da causa e o último, do grupo do efeito.

ORAÇÃO	RELAÇÃO DE CAUSALIDADE EXPRESSA
<i>Se o esquema de corrupção na Petrobras causou assombro em 2014 pelos montantes desviados e pela desfaçatez.</i>	Condição
<i>Se os investigadores conseguirem aliar aos relatos as necessárias provas materiais,</i>	Condição
<i>que não passa sem certa repulsa o incentivo à traição</i>	Resultado

2.2.4 Texto 4 – Partos contraproducentes

O Ministério da Saúde cumpre seu papel ao baixar um novo pacote de medidas com vistas a reduzir o número de partos cesarianos no Brasil. A proporção de nascimentos por via cirúrgica chega hoje a preocupantes 56% – quando se considera somente a rede privada, eles representam 84,6%.

O excesso de cesarianas é contraproducente. Pelas estimativas da Organização Mundial da Saúde, apenas 15% dos partos têm indicação cirúrgica. Os demais poderiam perfeitamente seguir o curso natural, reduzindo o risco de complicações para a mãe (morte, infecções, hemorragias) e para o bebê (morte, nascimento prematuro), além dos custos para o sistema.

Ocorre, contudo, que não só a lógica da saúde pública deve ser levada em consideração. O direito da mulher de tomar decisões sobre sua saúde e sua sexualidade também precisa ser respeitado.

Do ponto de vista da mãe, não é insano optar pelo procedimento cirúrgico mesmo sem indicação clínica. Embora os riscos sejam maiores, eles não configuram uma roleta-russa. A probabilidade de a grávida morrer numa cesariana é quase quatro vezes maior do que num parto normal, mas, ainda assim, a taxa fica abaixo de uma morte a cada mil nascimentos.

Os motivos que levam a mulher a preferir a cirurgia – medo de sentir dor, conveniência, desejo de ser atendida pelo médico que fez o pré-natal etc. – até podem ser questionados, mas jamais censurados.

Nesse embate entre duas lógicas opostas, mas ambas legítimas, as novas determinações do ministério e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) parecem adequadas. Elas visam a estimular o parto natural sem apresentar grandes óbices às cesarianas.

São destinadas a oferecer mais informações à mãe, que poderá fazer sua escolha em melhores condições, e a alterar um pouco a burocracia dos planos de saúde, para que o obstetra pelo menos tenha de justificar sua opção pela cirurgia.

Já houve outras tentativas de reduzir a chamada epidemia de cesarianas, com resultados pouco animadores. Espera-se que, a partir de agora, possa prevalecer o interesse da paciente.

(Folha de São Paulo, 08/01/2015)

No texto quatro, o autor defende a ideia de que o Ministério da Saúde está tomando medidas eficazes para a diminuição dos partos cesarianos no Brasil. Fica claro que o autor concorda com o posicionamento do Ministério da Saúde, já que ele utiliza a estrutura da oração subordinada adverbial final para mostrar que esse órgão está, de fato, cumprindo o seu papel.

Tal evidência pode ser constatada porque, após o autor relatar tal eficiência do Ministério, traz a oração final para mostrar o objetivo desse cumprimento de papel, ou seja, mostrar que existe uma razão coerente para baixar esse novo pacote de medidas. E essa razão é justamente a redução do número de partos cesarianos no país – o conteúdo da oração subordinada adverbial final.

No decorrer do texto, o autor fala sobre a importância de as mães terem o poder de escolha do parto que desejam ter. Ele diz que, ao poderem fazer sua escolha, elas podem alterar um pouco a burocracia dos planos de saúde, e utiliza a oração subordinada adverbial final para trazer a finalidade da alteração dessa burocracia – o obstetra ter que justificar sua opção pela cirurgia. Por meio dessa finalidade, o autor deixa claro que concorda com tal medida.

Sua opção pela estrutura dessas orações demonstra que elas contribuem para sua argumentação na defesa de seu posicionamento, e isso ocorre por essas orações fazerem parte do grupo *causa e efeito*, nos dois casos, no grupo do efeito.

ORAÇÃO	RELAÇÃO DE CAUSALIDADE EXPRESSA
<i>com vistas a reduzir o número de partos cesarianos no Brasil.</i>	Finalidade
<i>para que o obstetra pelo menos tenha de justificar sua opção pela cirurgia.</i>	Finalidade

2.2.5 Texto 5 – Barbárie maranhense

A esta altura, mesmo a governadora do Maranhão, Roseana Sarney (PMDB), mostra-se convencida de que unidades prisionais de seu Estado se transformaram em antros de barbárie, onde detentos para lá enviados pelo Poder Judiciário agem como verdadeiros monstros em plena luz do dia.

Há dois dias, a mandatária ainda parecia disposta a negar, ou pelo menos minimizar, as violações que têm ocorrido no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís – com 1.700 vagas e 2.500 presos.

Por meio de nota, acusou o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de escrever um relatório contendo "inverdades" sobre o sistema carcerário maranhense. O objetivo seria "agravar ainda mais a situação" nas cadeias, a fim de "descredibilizar medidas" adotadas.

*Agora a governadora já não pode insistir na negação. Vídeo divulgado ontem por esta **Folha** não deixa lugar para dúvidas – e evidencia, com força rara, o grau de desumanidade a que ali se chegou.*

A mera descrição das imagens basta para embrulhar o estômago. Assistir ao filme na íntegra, gravado pelos detentos com a câmera de um celular, é tarefa para poucos. Durante dois minutos e 32 segundos, três homens decapitados são exibidos de perto; em volta, presos amotinados parecem se divertir com o "documentário".

Desde o ano passado, disputas entre facções criminosas resultaram na morte de 62 presos e, segundo consta, inúmeros estupros de mulheres que

visitavam os presídios. Sem conhecer limites, o horror ganhou a região metropolitana de São Luís em ataques incendiários a ônibus. Em um deles, uma menina de seis anos teve 95% do corpo queimado e não resistiu.

Governado pelo clã Sarney há quase meio século (com um breve interregno de dois anos), o Maranhão tem se destacado sobretudo pelos indicadores negativos.

Sua renda per capita média, de R\$ 360, é a pior do Brasil; 96% de seus domicílios não têm acesso adequado à rede de saneamento básico; mais de um quinto de sua população com 15 anos ou mais não sabe ler ou escrever.

Não por acaso ganha adeptos a ideia de que o Estado deveria sofrer intervenção federal, prevista na Constituição, entre outras hipóteses, a fim de garantir a observância dos direitos humanos – dependendo, neste caso, de manifestação do Supremo Tribunal Federal.

A medida é extrema, sem dúvida, e seus efeitos, duvidosos. Como recurso para proteger a democracia, deve ser usada apenas quando o governo local não estiver procurando interromper as violações, ou quando for absolutamente incompetente para tanto.

Trata-se de análise subjetiva, mas que o governo de Roseana Sarney, ao tentar negar o óbvio ou criticar quem revela a selvageria, torna cada vez mais objetiva.

(Folha de São Paulo, 08/01/2014)

No texto cinco, o autor discute sobre a difícil situação em relação ao comportamento dos presos das penitenciárias lotadas maranhenses. Ele diz que a situação está tão preocupante que até mesmo a governadora do estado finalmente assumiu tal preocupação. Ao citar uma nota que a própria governadora deu acusando o Conselho Nacional de Justiça de dizer a verdade sobre esta situação – já que ela ainda não havia assumido o estado de caos –, o autor utiliza a oração subordinada adverbial final para mostrar que o CNJ queria "descredibilizar medidas" adotadas por ela. Utilizando a estrutura dessa oração nesse momento, o autor mostra que a governadora quer deixar clara a intenção do Conselho em relação às suas ações.

No decorrer do texto, o autor traz a ideia de que o Estado maranhense poderia sofrer intervenção federal e deixa claro o objetivo dessa intervenção por meio da oração subordinada adverbial final, uma vez que mostra o objetivo de tal interferência – garantir a observância dos direitos humanos. A estrutura dessa oração ajuda a fortalecer a ideia dessa interferência.

Em seguida, encontramos outra oração subordinada adverbial final para mostrar a finalidade da medida que foi tomada, que seria apenas para proteger a democracia. Assim, por meio dessa finalidade, fica claro que o autor concorda com a medida tomada.

A opção do autor por essas duas estruturas demonstra que elas são responsáveis por contribuírem para sua argumentação na defesa de seu posicionamento, e isso ocorre pelo fato de essas orações fazerem parte do grupo *causa e efeito*, nos três casos, no grupo do efeito.

ORAÇÃO	RELAÇÃO DE CAUSALIDADE EXPRESSA
<i>a fim de "descredibilizar medidas" adotadas.</i>	Finalidade
<i>a fim de garantir a observância dos direitos humanos</i>	Finalidade
<i>para proteger a democracia,</i>	Finalidade

2.2.6 Texto 6 – Mais de uma vez

Contrariando as práticas de segurança durante tempestades, banhistas lotavam a areia de Praia Grande (litoral de São Paulo) no dia 29 de dezembro, quando um raio caiu sobre dois guarda-sóis que abrigavam oito pessoas da mesma família. Quatro delas morreram.

Ocorrências desse tipo são bem mais frequentes do que se supõe. O Brasil é recordista nesse quesito, com cerca de 50 milhões de descargas elétricas por ano.

Elas provocaram, de 2000 a 2013, 1.672 mortes, 80% das quais poderiam ter sido evitadas com a devida orientação, segundo o Grupo de Eletricidade Atmosférica do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

No episódio mais recente, no começo desta semana, duas pessoas morreram na área rural de Embu-Guaçu (SP), na Grande São Paulo.

A maioria dos casos ocorre justamente em zonas rurais, mas as praias também oferecem risco – foram seis mortes no ano passado apenas no Estado de São Paulo.

Numa reação quase instintiva, o nível de alerta aumenta nos dias seguintes às tragédias. Em Praia Grande, por exemplo, os banhistas passaram a se retirar rapidamente da orla marítima no início de tempestades, e os salvavidas reforçaram o trabalho de orientação.

O desafio é transformar em prática estável esse impulso natural. Um ano atrás, houve comoção semelhante no litoral paulista, quando uma mulher foi atingida por um raio no Guarujá. As mortes nos últimos dias demonstram, todavia, que os acidentes ainda não levaram a ações preventivas eficazes.

As orientações são simples. Durante tempestades, locais próximos a veículos são perigosos (mas é seguro ficar dentro de um carro fechado); lugares abertos, como praias, campos de futebol e zonas agropecuárias, devem ser abandonados. Também é importante saber que abrigos como cabanas, toldos e árvores atraem raios.

Mesmo dentro de casa a segurança é relativa: não se deve ficar perto de condutores de eletricidade (entre os quais se incluem telefone com fio e celular sendo carregado), já que o para-raios não abrange a rede elétrica da rua. Por fim, grandes peças metálicas representam alguma ameaça.

Com a devida precaução, muitas vidas poderiam ter sido salvas. É preciso, pois, reforçar campanhas educativas – inclusive para derrubar o mito de que o raio não cai duas vezes no mesmo lugar.

(Folha de São Paulo, 10/01/2015)

No texto seis, o autor discute sobre o cuidado que as pessoas devem ter com os raios em início de tempestades. Ele diz que muitas pessoas já começaram a conscientizar-se e estão tomando mais cuidado, entretanto, a situação ainda requer maior prevenção. Para confirmar que as pessoas devem ser mais cuidadosas, o autor justifica o porquê de, dentro de casa, o cuidado ter de ser maior, e, para isso, usa a oração subordinada adverbial causal (razão) para apresentar tal justificativa – de que o para-raios não abrange a rede elétrica da rua. Por meio da escolha dessa estrutura, o autor fortalece seu posicionamento em relação ao assunto discutido no texto, pois tal oração mostra o porquê de as pessoas não poderem ficar perto de condutores de eletricidade.

No final do texto, ele usa a estrutura da oração subordinada adverbial final para reforçar o porquê da necessidade de as pessoas serem cuidadosas nesse tipo de situação – com a finalidade de derrubar o mito muito conhecido por nós de que o raio não cai duas vezes no mesmo lugar. Assim, deixa claro que a estrutura dessa oração foi utilizada para fortalecer seu posicionamento.

Sua escolha pela estrutura dessas orações demonstra que elas são responsáveis por contribuírem para sua argumentação na defesa de seu posicionamento, e isso ocorre por serem

essas orações parte do grupo *causa e efeito*. Nos dois casos encontrados nesse texto, o primeiro faz parte do grupo da causa e o outro, do grupo do efeito.

ORAÇÃO	RELAÇÃO DE CAUSALIDADE EXPRESSA
<i>já que o para-raios não abrange a rede elétrica da rua.</i>	Razão
<i>para derrubar o mito</i>	Finalidade

2.2.7 Texto 7 – Mais um passo

Com uma resolução publicada no final de dezembro, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) criou novas regras para a prestação de contas dos partidos, aumentando a transparência contábil das legendas e facilitando o exame de suas movimentações financeiras.

O conjunto de normas soa tão natural e necessário que, ao menos de um ponto de vista retórico, líderes do PT e do PSDB não viram alternativa a não ser apoiá-lo.

Redigida pelo presidente do TSE, José Antonio Dias Toffoli, a medida determina que as agremiações, nas suas distintas esferas de direção, mantenham três contas bancárias, separando recursos que hoje se encontram reunidos – e confundidos – em uma única conta.

Passarão a ter registros distintos as movimentações do Fundo Partidário, aquelas referentes às doações de campanha e as relativas a verbas de outras origens, como comercialização de bens e produtos.

Além disso, os bancos deverão, a cada 30 dias, enviar à Justiça Eleitoral extratos eletrônicos, com a identificação de cada depositante. O avanço é evidente; até agora, os partidos emitiam meros demonstrativos contábeis ao final do ano, mantendo, na prática, injustificável sigilo sobre suas finanças.

A primeira prestação de contas sob essas regras será feita em abril de 2016, com um sistema digital que permite tabular e cruzar dados.

Com outra resolução, o TSE já havia coibido as chamadas doações ocultas – subterfúgio usado sobretudo por empresas a fim de esconder vínculos entre um determinado candidato e seu patrocinador.

Somadas, as normas tornam o processo eleitoral muito mais transparente. Identificar com clareza os financiadores é fundamental para compreender que interesses os eleitos pretendem defender. Além disso, torna-se mais fácil verificar, após o pleito, se um político usa prerrogativas – e verbas – públicas para retribuir o “favor”.

Talvez mais importante, o incremento na fiscalização pode evitar que propinas sejam pagas na forma de doações eleitorais, como a Operação Lava Jato sugere ter ocorrido.

Ainda falta, contudo, garantir que a prestação de contas seja diária e divulgada em tempo real, pela internet. Em entrevista ao jornal "O Estado de S. Paulo", o ministro Dias Toffoli afirmou que a exposição na rede é o objetivo final.

Esse passo, entretanto, o TSE não deu; deixou a tarefa a cargo do Congresso. Vê-se que os líderes do PT e do PSDB têm a oportunidade de mostrar que seu apoio a ganhos de transparência e fiscalização nas contas partidárias não é apenas da boca para fora.

(Folha de São Paulo, 11/01/2015)

No texto sete, o autor discute sobre a criação das novas regras para a prestação de contas dos partidos políticos e posiciona-se a favor dessa ação. Ele mostra sua aprovação referente à criação dessas regras por meio da estrutura da oração subordinada adverbial consecutiva (resultado) já que é utilizada para trazer uma consequência muito importante – de que, ao menos de um ponto de vista retórico, líderes do PT e do PSDB não viram alternativa a não ser apoiar a ação. Assim, ele mostra o quanto a ideia trazida nessa oração é importante para o fortalecimento da defesa de seu posicionamento.

No decorrer do texto, o autor cita outra resolução já tomada pelo TSE para prestação de contas e diz o quanto ela foi importante para esse tipo de caso. Desse modo, ele utiliza a oração subordinada adverbial final – a fim de esconder vínculos entre um determinado candidato e seu patrocinador – para ressaltar a importância da ação, já que faz parte da ideia defendida por ele.

Em seguida, ele mostra a importância dessas normas na transparência do processo eleitoral e mostra que a finalidade desta ação é a compreensão – expressa pela oração final *para compreender* – da pretensão de defesa dos interesses dos eleitos. Assim, mostra o quanto é importante o conteúdo da oração em relação ao seu ponto de vista.

Mais à frente, o autor mostra que um político pode favorecer-se por meio de artifícios públicos e utiliza a oração subordinada adverbial final para trazer a finalidade desse “favorecimento” – apenas *retribuir o “favor”*. Essa informação ajuda a fazer com que o leitor compartilhe da ideia do autor.

Sua escolha pela estrutura dessas orações demonstra que elas contribuem para sua argumentação, na defesa de seu posicionamento, e isso ocorre por serem essas orações parte do grupo *causa e efeito*. Nos quatro casos encontrados nesse texto, os quatro fazem parte do grupo do efeito.

ORAÇÃO	RELAÇÃO DE CAUSALIDADE EXPRESSA
<i>que, (...), líderes do PT e do PSDB não viram alternativa</i>	Resultado
<i>a fim de esconder vínculos entre um determinado candidato e seu patrocinador.</i>	Finalidade
<i>para compreender</i>	Finalidade
<i>para retribuir o "favor"</i>	Finalidade

2.2.8 Texto 8 – Choque de realidade

Depois da aventura eleitoral no setor elétrico, a conta chegou. E ela não será pequena. A melhor palavra para descrever o aumento na conta de luz, que pode superar 30% em 2015, é aquela que o governo se recusa a usar: tarifaço.

A decisão de não mais cobrir o rombo das empresas distribuidoras com recursos do Tesouro Nacional atesta que o Planalto se rendeu à realidade. A medida está inserida no objetivo central de recompor as contas públicas, mas também sugere que o intervencionismo diminuirá daqui em diante.

O impacto para o consumidor decorre de várias fontes. Sozinho, o fim dos aportes do governo implica aumento de até 20%, que poderá ocorrer em

março por meio de uma revisão extraordinária da tarifa, a ser solicitada pelas empresas à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Há também os repasses anuais das companhias distribuidoras, que incluem o custo mais alto da energia de Itaipu, cotada em dólar, e o início da amortização do empréstimo de R\$ 17,8 bilhões feito no ano passado no intuito de retardar o problema.

Ainda está sendo negociada, entre as pastas da Fazenda e de Minas e Energia, a redução de subsídios para consumo popular, irrigação e algumas usinas mais caras.

A disposição da nova equipe econômica, ao que parece, é permitir a participação dos bancos públicos em mais um empréstimo de R\$ 2,5 bilhões para equacionar diferenças não resolvidas como o primeiro financiamento – mas haverá repasse para o consumidor.

Não que o rearranjo esteja errado. Ele é necessário para estabilizar o setor, hoje desequilibrado por contas bilionárias em aberto. A interferência atabalhoada de 2012 tornou as empresas mais dependentes do mercado livre de energia, cujos preços explodiram com a seca. Tudo somado, o custo da intervenção pode chegar a R\$ 100 bilhões.

Ainda que necessário para retomar investimentos e arrumar a área, o tarifaço tem consequências graves. A inflação avançará além do esperado – o Banco Central projetava tarifas 17% mais altas, o que se revela agora excessivamente otimista. Analistas privados consideram que o índice de preços pode subir 7% neste ano.

O mais preocupante, porém, é o impacto nos custos de produção. Justamente no momento em que o preço da energia despencou globalmente – nos EUA as fontes não convencionais de gás já são uma vantagem há vários anos –, as empresas brasileiras, sobretudo as industriais, sentirão efeito oposto.

Pagarão caro não porque seja inevitável, mas porque o governo da presidente Dilma Rousseff (PT), durante seu primeiro mandato, insistiu em afrontar a matemática e o bom senso.

(Folha de São Paulo, 19/01/2015)

No texto oito, o autor discute o aumento da conta de luz no país, provocado pelo fim da inserção do dinheiro do Tesouro Nacional no setor elétrico. Ele mostra que esse aumento será muito impactante para o consumidor, até porque as companhias distribuidoras possuem uma dívida grande de um empréstimo feito anteriormente. Ele usa a oração subordinada adverbial final para mostrar que o objetivo inicial do empréstimo era retardar o problema.

Sem êxito na primeira tentativa, a nova equipe econômica visa permitir a participação dos bancos públicos com mais um empréstimo e mostra a importância dessa participação bancária por meio da estrutura da oração subordinada adverbial final. Essa oração traz a finalidade da permissão da participação dos bancos – que é equacionar diferenças não resolvidas com o primeiro financiamento. E, como ele defende essa ideia de participação dos bancos, utiliza a finalidade trazida por tal oração para fortalecer sua ideia.

Mais à frente, o autor utiliza a estrutura de outra oração subordinada adverbial final para mostrar o objetivo de o arranjo realizado ser necessário: para estabilizar o setor. Dessa forma, fica mais fácil para o leitor entender o ponto de vista do autor e partilhar do mesmo pensamento que ele em relação à importância da estabilização do setor.

No final do texto, o autor diz que essas empresas pagarão muito caro e traz duas justificativas para esse custo por meio da oração subordinada adverbial causal – não porque seja inevitável e porque o governo da presidente Dilma Rousseff (PT), durante seu primeiro mandato, insistiu em afrontar a matemática e o bom senso. Pelo conteúdo dessas orações, percebemos que não se trata apenas de uma justificativa, mas também de uma crítica sutil às ações governamentais da nossa atual presidente. Assim, fica claro o posicionamento do autor em relação a essas ações.

Sua opção pela estrutura dessas orações demonstra que elas são responsáveis por contribuir para sua argumentação na defesa de seu posicionamento, e isso ocorre por serem essas orações parte do grupo *causa e efeito*. Nos seis casos encontrados nesse texto, os quatro primeiros fazem parte do grupo do efeito e os outros dois, do grupo da causa.

ORAÇÃO	RELAÇÃO DE CAUSALIDADE EXPRESSA
<i>no intuito de retardar o problema</i>	Finalidade
<i>para equacionar diferenças não resolvidas com o primeiro financiamento</i>	Finalidade
<i>para estabilizar o setor</i>	Finalidade
<i>para retomar investimentos e arrumar a área,</i>	Finalidade
<i>não porque seja inevitável</i>	Razão

<i>porque o governo da presidente Dilma Rousseff (PT), durante seu primeiro mandato, insistiu em afrontar a matemática e o bom senso</i>	Razão
--	-------

2.2.9 Texto 9 – Reclassificação sensata

Apesar do alvoroço e das disputas em torno do canabidiol (CBD), a decisão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária de reclassificar a substância – que deixou de ser considerada proibida para ser enquadrada como controlada – no fundo apenas desfaz um equívoco.

O composto vem sendo usado com sucesso nos EUA e em vários países da Europa contra epilepsias refratárias a qualquer tratamento. São promissores, além disso, os resultados de estudos recentes sobre seu potencial terapêutico diante de doenças como alzheimer, esquizofrenia e transtornos de ansiedade.

Como se suas propriedades intrínsecas fossem questão de somenos, entretanto, o CBD era proscrito no Brasil por ser um dos 80 princípios ativos da maconha.

O disparate foi exposto pelo próprio diretor-presidente da Anvisa, Jaime Oliveira, após a decisão: "A pergunta não é por que reclassificar, mas por que manter em uma lista de substâncias entorpecentes e psicotrópicas um produto que não tem essa propriedade".

A decisão transparece bom senso, mas a mudança de status deve-se à pressão de um movimento organizado por pessoas cujos filhos padecem de crises recorrentes de convulsão, aplacadas em sua quase totalidade com o uso da substância.

Desde 2014, a agência federal autorizou 336 pedidos de importação do produto, que não é fabricado no Brasil. Em dezembro, o Conselho Federal de Medicina já havia autorizado a sua prescrição.

Num primeiro momento, contudo, nada deve mudar na rotina dessas famílias, já que a exigência de uma autorização especial para a compra do

CBD prossegue. De acordo com a Anvisa, uma nova resolução, a ser publicada em breve, deve facilitar a importação.

A reclassificação do canabidiol também traz alívio a cientistas brasileiros que estudam o composto. "Vamos passar a trabalhar com uma substância que não é ilegal", declarou o psiquiatra José Alexandre Crippa, da USP de Ribeirão Preto, que há 18 anos pesquisa os efeitos terapêuticos do CBD.

A decisão da Anvisa, assim, surge como um importante avanço num debate marcado por ideologias e preconceitos.

Outros passos ainda serão dados, sem dúvida. Vêm-se acumulando nas últimas décadas evidências sobre diversos benefícios da Cannabis sativa no tratamento de doenças e na redução de efeitos colaterais decorrentes de remédios para o câncer. Tais resultados contam como um argumento a mais para a legalização da planta.

(Folha de São Paulo, 19/01/2015)

No texto nove, o autor discute a decisão da ANVISA de reclassificar o canabidiol como uma substância controlada e não mais proibida. Ele defende a ideia de que essa decisão foi tomada corretamente, pois tal substância é bastante eficaz no tratamento de algumas doenças graves. Por isso, utiliza a oração subordinada adverbial final para mostrar a finalidade de a substância deixar de ser considerada proibida para ser considerada controlada. Assim, com a utilização dessa estrutura, o autor demonstra sua importância.

Em seguida, por meio da oração subordinada adverbial causal, o autor traz uma justificativa para o canabidiol não ter sido classificado como uma substância controlada antes – o fato de suas propriedades intrínsecas serem uma questão de somenos. Assim, ele usa o conteúdo dessa oração para mostrar ao leitor que a substância realmente já poderia ter sido classificada como controlada.

No decorrer do texto, o autor diz que muitos pais cujos filhos sofrem de crises convulsivas poderão ser beneficiados com a permissão do uso da substância, já que esse tipo de crise pode ser, praticamente, aplacada com o canabidiol. Todavia, por enquanto, nada mudará na rotina dessas famílias, e, para trazer uma justificativa para esse fato, o autor utiliza novamente a estrutura da oração subordinada adverbial causal e mostra que essa substância não pode ainda ser usada por falta de uma autorização especial. Assim, podemos perceber que

tal justificativa fortalece o posicionamento do autor de que realmente medidas devem ser tomadas para que a substância possa ser utilizada mais rapidamente.

A escolha do autor pela estrutura dessas orações demonstra que elas são responsáveis por contribuírem para a construção de sua argumentação, para a defesa de seu posicionamento, e isso ocorre por serem essas orações parte do grupo *causa e efeito*. Nos três casos encontrados nesse texto, o primeiro faz parte do grupo do efeito e os outros dois, do grupo da causa.

ORAÇÃO	RELAÇÃO DE CAUSALIDADE EXPRESSA
<i>para ser enquadrada como controlada</i>	Finalidade
<i>Como se suas propriedades intrínsecas fossem questão de somenos,</i>	Razão
<i>já que a exigência de uma autorização especial para a compra do CBD prossegue</i>	Razão

2.2.10 Texto 10 – César, o papa e o califa

Pode-se encontrar qualquer tipo de disparate e opinião bizarra nas redes sociais, e o mais sensato, em geral, é não levar nada disso a sério. Mas a proporção da tolice se altera, sem dúvida, dependendo da importância e da representatividade da pessoa que a proferiu.

Causa estranheza, assim, a manifestação do secretário da Justiça do Estado de São Paulo, Aloisio de Toledo César, sobre os atentados ao jornal francês "Charlie Hebdo".

No Facebook, o desembargador aposentado expressa sua "mais profunda indignação ao (sic) mau uso da liberdade de expressão dos cartunistas franceses". Estamos apenas na abertura de seu texto, e já não é pouca coisa.

O mundo assistiu, estupefocado, ao vídeo em que dois jihadistas saem de um carro numa rua de Paris. Haviam acabado de chacinar 11 pessoas no semanário satírico. Um segurança está no caminho dos terroristas. É baleado; cai no chão. Um dos assassinos se aproxima e mata-o à queima-roupa.

E como reage o novo secretário da Justiça de Geraldo Alckmin (PSDB)? Ele se indigna. Profundamente. Não com o ato bárbaro dos extremistas, sobre o qual silenciou, mas com o "mau uso da liberdade de expressão". Condena os cartunistas, não os assassinos.

Na ótica de Toledo César, os humoristas do "Charlie Hebdo" – aqueles que sobreviveram, bem entendido, e que lançaram nova edição do jornal com charges sobre a tragédia – "já provocaram mortes e insistem em dar chicotadas nos muçulmanos, desafiando-os".

É o mundo de ponta-cabeça, numa fraseologia em que vítimas se transformam em terroristas, e em que cartunistas viram executores da lei islâmica – que estabelece, como ocorre agora na Arábia Saudita, o açoitamento de infiéis.

Admita-se que nem todas as pessoas estão dispostas a endossar o lema "Je suis Charlie", em solidariedade às vítimas do extremismo. Nem todos, de fato, consideram justa ou construtiva a iniciativa de pilheriar com religiões.

Mas discordar do "Charlie Hebdo" não se confunde com uma absoluta inversão dos valores da liberdade e da tolerância, além do senso de justiça. Voltando-se a indignação contra as vítimas, abrem-se as portas da solidariedade com os assassinos. "Eu sou Maomé", disse Toledo César; poderá dizer "Eu sou Chérif Kouachi" também?

O papa Francisco deu alguma legitimidade institucional a essa atitude, observando que, se um assessor insultasse a sua mãe, receberia um murro em resposta. Conclua-se que, se um cartunista desenhar Maomé, é normal que seja punido por isso. Eis um caso, ao mesmo tempo trágico e irônico, em que todos – César, o papa e o califa – estão de acordo.

(Folha de São Paulo, 20/01/2015)

No texto dez, o autor discute um comentário realizado pelo secretário da Justiça do Estado de São Paulo sobre os atentados ao jornal francês "Charlie Hebdo" no início do ano. O secretário, ao invés de ficar indignado com as ações dos terroristas responsáveis pelos atentados, fica estarecido e culpa os cartunistas franceses pelo mal uso da liberdade de expressão. O autor coloca-se totalmente contrário à opinião do secretário. Esse posicionamento fica muito claro no final do texto, quando ele utiliza a oração subordinada adverbial condicional para lançar uma hipótese – a de um cartunista desenhar Maomé – para,

em seguida, por meio da oração principal – o fato de ser normal ser punido por tal ato –, inculzir uma crítica sobre o pensamento do secretário.

Sua escolha pela estrutura dessa oração demonstra que esta é responsável por contribuir para sua argumentação, para a defesa de seu posicionamento, e isso ocorre por ser essa oração parte do grupo *causa e efeito*, neste caso, da causa.

ORAÇÃO	RELAÇÃO DE CAUSALIDADE EXPRESSA
<i>se um cartunista desenhar Maomé</i>	Condição

2.2.11 Texto 11 – Dias difíceis

Não foi uma segunda-feira (19) fácil para os brasileiros. Por volta das 15h, um apagão deixou dez Estados e o Distrito Federal sem energia por cerca de 90 minutos. Pouco depois, o governo federal anunciou um pacote de aumento de impostos para recompor o caixa.

São as consequências, há muito antecipadas, dos erros de gestão do primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff (PT).

No caso da eletricidade, a mão pesada do Planalto, que tentou forçar artificialmente a queda das tarifas, levou à desorganização do setor e ao colapso dos investimentos.

A estiagem prolongada desde o ano passado só agrava a situação. O apagão até pode ter sido pontual, como alegam as autoridades – pois derivado de um pico momentâneo de consumo ligado ao calor extremo –, mas revela o quanto o sistema opera no limite.

Dado que os reservatórios das hidrelétricas sairão da estação chuvosa ainda mais vazios do que em 2014, há risco real de racionamento nos próximos meses.

A circunstância atenuante, se cabe a expressão, é que o consumo começa a ser contido, tardiamente, com a elevação das tarifas, que já subiram 17% em 2014 e devem ter nova majoração de pelo menos 30% ao longo deste ano.

Se ocorrer de fato um racionamento, ele será menos drástico que o de 2001, mas não menos custoso para famílias e empresas. Não se vislumbra ainda, por outro lado, uma estratégia para superar os problemas atuais de forma definitiva.

É distinto o quadro em relação ao reequilíbrio das contas públicas. A alta do imposto para operações de crédito de pessoas físicas, o aumento no PIS/Cofins para produtos importados e a volta da cobrança da Cide sobre combustíveis, entre outras medidas, elevarão a arrecadação em R\$ 20 bilhões.

Considerando todas as iniciativas de elevação tributária, cortes de gastos e redução de subsídios, a nova equipe econômica já entregou uma boa parte do ajuste prometido para 2015, que ampliará o superavit primário (o saldo de receitas e despesas antes do pagamento de juros) para 1,2% do PIB.

Verdade que a consequência imediata de todas essas correções, por necessárias que sejam, é mais inflação e menos crescimento.

Mas, se o ajuste der certo a ponto de restaurar o ânimo empresarial e amainar a desconfiança em relação às contas públicas, será possível vislumbrar um ambiente melhor a partir de 2016.

Faria bem à biografia da presidente da República que ela própria, e não apenas seu ministro da Fazenda, viesse a público para explicar aos brasileiros os motivos da guinada de 180 graus que agora, felizmente, promove na economia.

(Folha de São Paulo, 21/01/2015)

No texto onze, o autor discute um fato ocorrido – o apagão em alguns estados do país – e a decisão do governo atinente a tal fato – o aumento de impostos para recompor o caixa. Ele faz uma crítica a algumas ações governamentais e defende a ideia de que o governo vem cometendo alguns erros ao longo do primeiro mandato da atual presidente. Ele traz uma razão, por meio de uma oração coordenada sindética explicativa, para mostrar que o apagão pode ter sido pontual: o fato de ser derivado de um pico momentâneo de consumo ligado ao calor extremo. Assim, ele mostra uma tentativa de justificativa – por parte das autoridades – para o ocorrido.

Em seguida, ele utiliza a oração subordinada adverbial causal para trazer uma informação que já poderia ter sido constatada pelos leitores – o fato de que os reservatórios

das hidrelétricas neste ano de 2015 poderão sair mais vazios do que em 2014 –, para, em seguida, chamar a atenção para o seu argumento – de que há risco real de racionamento nos próximos meses. Dessa forma, podemos entender que, nesse texto, o objetivo da oração com valor de causalidade é aproximar o leitor do posicionamento do autor para que aquele também se coloque a favor do que será dito após: a opinião do autor. Conseguindo essa adesão do leitor, o autor conseguiria convencê-lo de sua opinião e persuadi-lo, uma vez que é um fato conhecido e que pode ser constatado pelo leitor. Conforme diz Azeredo, “posicionada antes da principal, a oração causal exprime um fato já conhecido pelo interlocutor. Sendo assim, esse tipo de causa é utilizado como uma evidência que não fica sujeita à sua contestação” (2010, p. 225).

O autor utiliza a primeira oração subordinada adverbial condicional – se cabe a expressão – para “se colocar” diretamente no texto e, com isso, argumentar de fato e chamar a atenção do leitor para o seu posicionamento.

Em seguida, ele utiliza outra oração subordinada adverbial condicional – a hipótese da ocorrência de um racionamento – para, em seguida, iniciar um contra-argumento – dizendo que esse racionamento será menos drástico que o de 2001 –, de modo que pareça que tal hipótese atenuará a questão do racionamento. Entretanto, em seguida, no mesmo período, ele mostra que, ainda assim, ele será muito custoso para muitas empresas e famílias, trazendo, de fato, um aspecto negativo do ocorrido. Assim, a partir dessa construção, podemos perceber esse posicionamento do autor, em defesa de sua tese, e é por meio dessa oração que essa ideia é transmitida ao leitor.

Logo à frente, o autor menciona a existência de uma estratégia para a resolução da questão e traz a oração subordinada adverbial final para mostrar a finalidade dessa estratégia – *superar os problemas atuais de forma definitiva*.

A segunda oração condicional é utilizada para mostrar a hipótese da tentativa de resolução do problema pelo governo, de maneira que, isso ocorrendo, o que não seria agora, mas no ano seguinte, as pessoas poderiam ficar menos preocupadas. No entanto, ele mostra-se um pouco incrédulo em relação à ação, pois percebemos um tom irônico por parte do mesmo.

No final do texto, o autor traz a estrutura da oração subordinada adverbial final para mostrar que tal finalidade – *explicar aos brasileiros os motivos da guinada de 180 graus* – seria um resultado positivo para o governo. Ainda que essa fala mostre-se positiva, ela é feita com tom irônico e deixa claro o posicionamento do autor em relação à possível ação.

O fato de sua escolha pela estrutura dessas orações demonstra que elas são responsáveis por contribuírem para sua argumentação, para a defesa de seu posicionamento, e

isso ocorre por serem essas orações parte do grupo *causa e efeito*. Nos sete casos encontrados nesse texto, os quatro primeiros e o sexto fazem parte do grupo da causa e os outros dois, do grupo do efeito.

ORAÇÃO	RELAÇÃO DE CAUSALIDADE EXPRESSA
<i>pois derivado de um pico momentâneo de consumo ligado ao calor extremo</i>	Razão
<i>Dado que os reservatórios das hidrelétricas sairão da estação chuvosa ainda mais vazios do que em 2014,</i>	Razão
<i>se cabe a expressão</i>	Condição
<i>Se ocorrer de fato um racionamento,</i>	Condição
<i>para superar os problemas atuais de forma definitiva.</i>	Finalidade
<i>se o ajuste der certo</i>	Condição
<i>para explicar aos brasileiros os motivos da guinada de 180 graus</i>	Finalidade

2.2.12 Texto 12 – Ensino público e justo

Não faltam estudos a mostrar que a posse de um diploma superior propicia significativo acréscimo de renda ao longo da vida. Alguém que curse uma universidade pública e gratuita, desse modo, obterá amplo benefício pessoal do investimento que todos os contribuintes fizeram na sua formação.

Claro está que a coletividade tem interesse na preparação de especialistas, como médicos e engenheiros. Não parece descabido, apesar disso, defender que os beneficiários ofereçam à sociedade, além de bons serviços profissionais, alguma compensação para retribuir recursos neles aplicados.

Pouco se discute o assunto no Brasil, porém, porque a gratuidade das universidades públicas se tornou um tabu. Age bem, assim, o reitor da USP, Marco Antonio Zago, ao reviver a questão da equidade com a sugestão de que egressos da academia paulista prestem um serviço social em contrapartida pelo privilégio de nela estudar.

Um médico recém-formado, por exemplo, poderia trabalhar por certo período no SUS; um engenheiro, engajar-se em projetos de habitação popular. A ideia embrionária foi apresentada por Zago no Conselho Universitário da USP.

A discussão da proposta certamente apontará suas deficiências. A mais saliente é que não se concebe a adoção dessa prática por uma única universidade. A consequência provável seria uma diminuição relativa na demanda por suas vagas, pois acarretaria ao candidato bem-sucedido um ônus inexistente em outras instituições.

Isolada, a USP também enfrentaria dificuldade para montar um sistema de alocação eficiente, capaz de encaminhar os formandos a postos de trabalho. Isso só parece exequível com a participação de todas as faculdades públicas num sistema nacional ou estadual de colocação. Ademais, há dúvidas sobre a constitucionalidade de tornar obrigatório esse serviço social.

Se a noção do ressarcimento vier a prosperar como deveria, por seu conteúdo de justiça seria preciso agregar ao debate outras formas de efetivá-lo. Cobrar mensalidades de quem puder pagar seria a mais óbvia – desde que acompanhada de um programa de bolsas ou financiamento subsidiado –, mas conta hoje com renhida oposição.

Outro mecanismo é a cobrança de pequena alíquota adicional no Imposto de Renda dos diplomados, que garantiria um fluxo contínuo de verbas para as combalidas universidades públicas. A USP, por seu tamanho e excelência, teria muito a ganhar com isso.

(Folha de São Paulo, 22/01/2015)

No texto doze, o autor discute a questão de os alunos que cursaram universidade pública, por terem usufruído de um ensino gratuito financiado pelo governo, retribuírem de algum modo ao país. Ele diz que esse assunto não costuma ser discutido no Brasil e utiliza a estrutura da oração subordinada adverbial causal para mostrar a justificativa da quase ausência dessa discussão – o fato de a gratuidade das universidades públicas ter se tornado um tabu. Assim, fica claro que ele acha que esse assunto deveria ser mais discutido.

Em seguida, o autor afirma que a implementação da proposta apresentará consequências negativas e diz que uma dessas prováveis consequências para esse caso seria *uma diminuição relativa na demanda por suas vagas*. Ele justifica tal consequência por meio

da estrutura de uma oração coordenada sindética explicativa, mostrando que essa medida *acarretaria ao candidato bem-sucedido um ônus inexistente em outras instituições*. Assim, ele fortalece seu ponto de vista apresentando uma razão convincente para a consequência apresentada.

No decorrer do texto, o autor utiliza a estrutura da oração subordinada adverbial condicional para trazer uma hipótese – de a noção do ressarcimento prosperar como deveria – para levar o leitor a pensar que tal ação seria uma medida positiva. Assim, o autor tem a intenção de fazer com que o leitor siga sua linha de raciocínio e pense como ele.

Mais à frente, ele mostra que a cobrança de mensalidades de quem pudesse pagar seria uma medida positiva. Em seguida, traz a estrutura da oração subordinada adverbial condicional para fazer uma ressalva em relação ao pagamento da mensalidade: só acontecerá, se ela for acompanhada de um programa de bolsas ou financiamento subsidiado.

Sua opção pela estrutura dessas orações demonstra que elas são responsáveis por contribuírem para sua argumentação, para a defesa de seu posicionamento, e isso ocorre por serem essas orações parte do grupo *causa e efeito*. Nos quatro casos encontrados nesse texto, as orações fazem parte do grupo da causa – duas indicando razão e duas, condição.

ORAÇÃO	RELAÇÃO DE CAUSALIDADE EXPRESSA
<i>porque a gratuidade das universidades públicas se tornou um tabu.</i>	Razão
<i>pois acarretaria ao candidato bem-sucedido um ônus inexistente em outras instituições</i>	Razão
<i>Se a noção do ressarcimento vier a prosperar</i>	Condição
<i>desde que acompanhada de um programa de bolsas ou financiamento subsidiado</i>	Condição

2.2.13 Texto 13 – Penúria diplomática

Não são só os paulistanos que vivem sob a ameaça de ver as torneiras secarem e as lâmpadas se apagarem. Representações brasileiras em Benin, Guiana, Japão e Portugal também correm tal risco.

As razões são prosaicas, ainda que igualmente produto da ação errática de governantes brasileiros: falta dinheiro para pagar as contas de embaixadas e consulados.

Em Cotonou (Benin), diplomatas se veem constrangidos a usar velas e lanternas. Em Tóquio, o cônsul-geral alertou superiores para a possibilidade de corte nos serviços de telefonia e eletricidade.

A tal ponto chegou a situação do Itamaraty. Antes mesmo dos cortes orçamentários determinados pela nova política econômica do Planalto, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) já sofria com o desinteresse da presidente Dilma Rousseff (PT) pela diplomacia.

Em seu primeiro mandato, a atuação da presidente na seara foi marcada pela marcha a ré na busca ativa – por vezes extravagante – por influência internacional do predecessor e padrinho, Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Internamente, o Itamaraty vivenciou erosão acelerada de seu prestígio no conjunto da administração federal.

A manifestação mais concreta da perda relativa de importância se verificou na queda da participação do MRE no Orçamento. De 2003 a 2014, ela caiu quase à metade, de 0,5% para 0,27%.

No momento atual, marcado pela (sic!) ajuste fiscal que Dilma execrou durante a campanha eleitoral, a penúria do Itamaraty se agrava.

Circular do MRE aos diplomatas obtida por esta Folha avisa que os recursos disponíveis neste mês de janeiro só cobrirão salários e obrigações trabalhistas de contratados locais nas embaixadas e apenas parte das contas pendentes. Os proventos dos diplomatas de carreira não serão afetados.

A escassez adicional de recursos incrementa a pressão sobre um corpo diplomático já agastado. A insatisfação é marcante no quadro de jovens diplomatas inchado durante o período Lula, fruto da abertura acelerada de representações em países menores, não acompanhada da criação de vagas em escalões superiores para permitir progressão na carreira.

A situação não poderia ser mais comprometedor para o Brasil. Se não tem meios de manter as representações no exterior, o governo tem de rever a política anterior, e não deixá-la à míngua.

A gestão austera das contas públicas se tornou um imperativo após as desastrosas investidas do governo dilmista, mas não pode drenar todo o lastro de um órgão de Estado que já estava à deriva.

(Folha de São Paulo, 24/01/2015)

No texto treze, o autor discute dificuldades financeiras por que passam alguns representantes brasileiros em outros países. Afirma que a falta de dinheiro é uma das razões para tal situação ocorrer e traz uma oração subordinada adverbial final para mostrar a finalidade desse dinheiro – *pagar contas de embaixadas e consulados*. Assim, deixa claro que, em razão dessa finalidade, a falta de dinheiro é muito grave, pois não terá como as contas de embaixadas e consulados serem pagas.

Ele acha que o governo deveria tomar medidas eficazes para resolver a situação. Afirma que essa questão traz uma pressão maior ao corpo diplomático, que já está desgastado. Em sua visão, o fato já é decorrente do governo Lula, pois ele, quando presidente, inchou o quadro de jovens diplomatas com a abertura acelerada de representações em países menores. Desse modo, o autor traz a estrutura da oração subordinada adverbial final para mostrar a finalidade do feito do antigo presidente: permitir a progressão na carreira diplomática. A partir dessa estrutura, o leitor é capaz de perceber a crítica feita pelo autor.

Em seguida, ele utiliza a estrutura da oração subordinada adverbial condicional para mostrar sua opinião em relação ao governo, tanto que o conteúdo da oração – a hipótese de não ter meios de manter representações no exterior – serve para mostrar a intenção do autor, já que ele acha que o governo deveria rever a política anterior.

Sua escolha pela estrutura dessas orações demonstra que elas são responsáveis por contribuir para sua argumentação, para a defesa de seu posicionamento, e isso ocorre por serem essas orações parte do grupo *causa e efeito*. Nos três casos encontrados nesse texto, os dois primeiros fazem parte do grupo do efeito e o outro, do grupo da causa.

ORAÇÃO	RELAÇÃO DE CAUSALIDADE EXPRESSA
<i>para pagar as contas de embaixadas e consulados.</i>	Finalidade
<i>para permitir progressão na carreira.</i>	Finalidade
<i>Se não tem meios de manter as representações no exterior,</i>	Condição

2.2.14 Texto 14 – Página virada

O relatório da Comissão Nacional da Verdade não traz novidade de monta em relação a um período já esmiuçado na história recente, o da ditadura militar (1964-1985).

Numa decisão controvertida, tomada logo após sua instalação pelo governo federal, em maio de 2012, a CNV excluiu do exame as violações de direitos humanos por motivação política que não tenham sido causadas pelo Estado. O relatório silencia, assim, sobre os crimes das organizações armadas que combateram, para substituir a ditadura militar por outra de cunho comunista.

Argumentou-se, com razão, que tais delitos já haviam sido punidos pelo próprio regime militar. Prevaleceu, entre os comissários, o entendimento de que o alcance da tarefa limitava-se a inventariar as denúncias de abusos cometidos pelas autoridades à época.

Após uma fase de letargia errática, a CNV conseguiu encaminhar seu trabalho nesses termos, sobretudo depois que o advogado Pedro Dallari passou a coordená-la.

Sabe-se que as décadas de 60 e 70 foram um tempo de extrema polarização na América do Sul (e em outras partes do mundo). Facções de direita e de esquerda recorreram à violência, levando ao colapso do regime democrático em vários países, entre eles o Brasil.

Maior porção de culpa cabe aos militares, seja, porque desencadearam uma repressão desproporcional e abusiva seja porque o ônus moral, nas sociedades modernas, recai sobre os vitoriosos. A prática rotineira da tortura e do assassinato configura mancha abjeta na história desses regimes.

A anistia irrestrita, concedida pela ditadura brasileira nos seus estertores, em 1979, foi o passo decisivo para a superação pacífica dessa crônica nefanda. Foi incorporada pela emenda constitucional que convocou, em 1985 – já após o restabelecimento democrático –, o Congresso constituinte que produziu a Carta em vigor desde 1988. E foi reiterada pelo Supremo Tribunal Federal em 2010.

Por mais que seus efeitos possam ser repugnantes do ângulo humanitário, sobretudo para os atingidos pela violência ditatorial, a anistia irrestrita é um dos pilares sobre os quais se apoia a democracia brasileira. Foi sua aceitação pelo conjunto das forças políticas que rompeu o ciclo de retaliações iniciado em 64.

Não é sensato nem desejável que compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, determinando que a tortura é crime imprescritível, possam sobrepor-se à soberania jurídica nacional quando se trata das próprias fundações do Estado de Direito entre nós.

A anistia deve ser preservada. O passado precisa ser conhecido e debatido. Para superá-lo de vez, falta às Forças Armadas divulgar os documentos retidos e reconhecer os abusos praticados.

(Folha de São Paulo, 12/12/2014)

No texto 14, o autor cria uma discussão sobre uma decisão tomada pela Comissão Nacional da Verdade – *excluir do exame as violações de direitos humanos por motivação política que não tenham sido causadas pelo Estado* –, que consta no relatório da CNV. Ele acredita que, dessa maneira, essa comissão não dá o devido valor aos crimes cometidos pelas organizações armadas que substituíram a ditadura militar. Ele utiliza a estrutura de uma oração subordinada adverbial final para mostra o objetivo de o relatório abster-se sobre esses crimes: *substituir a ditadura militar por outra*. Assim, fica claro que tal ação é reprovada pelo autor do texto, pois ainda que ele diga no início do texto que esse relatório não traz novidade de valor, ele deixa sua crítica por meio de tal estrutura.

Mais à frente, ele condena as atitudes violentas tomadas por facções de direita e de esquerda, em diversos países – inclusive no Brasil –, e ainda diz que tais atitudes provocam uma crise no regime democrático. Ele reporta a culpa dessa situação aos militares e utiliza duas orações subordinadas adverbiais causais para mostrar a razão de tal culpa: o fato de os militares desencadearem uma repressão desproporcional e abusiva e o fato de ônus moral recair sobre os vitoriosos. Desse modo, por meio dessas razões, ele sustenta seu posicionamento em atribuir a culpa dessas atitudes violentas aos próprios militares.

No final do texto, o autor mostra a importância de conhecermos a história do nosso passado e discutirmos sobre ela. Em sua opinião, as Forças Armadas precisam divulgar os documentos retidos e reconhecer os abusos por ela praticados, e utiliza a estrutura de outra

oração subordinada adverbial final para mostrar o objetivo dessa divulgação e desse reconhecimento: superar de vez o passado.

Sua escolha por essas orações demonstra que elas são responsáveis por contribuírem em sua argumentação, na defesa de seu posicionamento, e isso ocorre por serem parte do grupo *causa e efeito*. Neste caso, duas pertencem ao grupo da causa – as duas que indicam razão – e as outras duas – que trazem a ideia de finalidade –, ao grupo do efeito.

ORAÇÃO	RELAÇÃO DE CAUSALIDADE EXPRESSA
<i>para substituir a ditadura militar por outra</i>	Finalidade
<i>porque desencadearam uma repressão desproporcional e abusiva</i>	Razão
<i>porque o ônus moral, nas sociedades modernas, recai sobre os vitoriosos</i>	Razão
<i>Para superá-lo de vez</i>	Finalidade

2.2.15 Texto 15 – Fechar as torneiras

Preparando-se para um novo mandato à frente do governo paulista, e sem dúvida para os próximos e difíceis meses no que respeita ao abastecimento de água, o governador Geraldo Alckmin (PSDB) anunciou a substituição do atual secretário de Recursos Hídricos, Mauro Arce, por Benedito Braga, especialista respeitado do setor.

Foram oito meses invulgarmente difíceis os que Arce passou à frente da secretaria. Ademais dos óbvios problemas decorrentes da falta de chuvas, coube-lhe conviver com uma atitude de tergiversações e negaceios na área política do governo, certamente agravada pela conjuntura pré-eleitoral.

Não parece ser esta a disposição de Benedito Braga. Já em suas declarações iniciais à imprensa, o engenheiro sintetizou, até secamente, os termos do problema com que terá de se haver. A curtíssimo prazo, disse, não há como aumentar a oferta de água de modo significativo. Resta controlar a demanda.

Uma vez que o desconto para quem reduz o próprio consumo já foi adotado, é preciso estudar, agora, o instrumento econômico para reduzir o uso

excessivo, afirmou. Recusando-se a chamá-lo de "multa", o futuro secretário dificilmente escapará do que possa haver de impopular, na prática, no mecanismo que cogita.

Trata-se, provavelmente, de medida inevitável e – conforme se foi concluindo ao longo de meses de um debate nem sempre transparente sobre o tema – mais eficaz do que o simples racionamento.

Diga-se, para fazer justiça a seu antecessor, que Mauro Arce já havia proposto sanções econômicas ao excesso de consumo. Foi demovido de seus planos pelo estilo escorregadio que, na ocasião, era adotado pelo governador paulista.

Já reeleito, o próprio Alckmin parece disposto à adoção da medida. Diante do risco iminente de colapso, impõe-se acompanhá-la de uma decidida campanha de opinião pública em prol de drástica redução do consumo.

Essa necessidade se mostra ainda mais premente na medida em que o aumento das chuvas, e as conseqüentes cenas de alagamento, podem provocar a impressão de que o pior da crise já passou.

Na verdade, o consumo de água cresce no verão, e por ora não se registram precipitações significativas nas áreas vitais para o abastecimento. Teriam de assumir, aliás, proporções bíblicas para afastar o perigo nos próximos meses.

A mobilização de governo e sociedade num enfrentamento real do problema não haverá de ser, talvez, familiar ao perfil político, como se sabe algo insípido e diluído, da atual administração estadual. Talvez pudesse, entretanto, justamente impor-lhe as características de liderança pública que nem sempre demonstra.

(Folha de São Paulo, 15/12/2014)

No texto 15, o autor trata do abastecimento de água em São Paulo e discute a decisão do governador Geraldo Alckmin em substituir o atual secretário de Recursos Hídricos, Mauro Arce, por um especialista respeitado no setor, Benedito Braga. Ele reconhece os problemas que foram enfrentados pelo antigo secretário, mas diz que parece que o novo agirá de uma maneira diferente.

Em seguida, ele utiliza a oração subordinada adverbial causal para trazer uma informação que já poderia ter sido constatada pelos leitores – a adoção do desconto na conta

de luz para quem conseguiu reduzir o próprio consumo –, para, em seguida, chamar a atenção para o seu argumento – a necessidade de um estudo sobre o instrumento econômico. Dessa forma, podemos entender que, nesse texto, o objetivo da oração causal é aproximar o leitor do posicionamento do autor para que o leitor também se coloque a favor do que será dito após: a opinião do autor. Conseguindo essa adesão do leitor, o autor conseguiria convencê-lo de sua opinião e persuadi-lo, uma vez que é um fato conhecido e que pode ser constatado pelo leitor. Conforme já foi dito anteriormente, na análise de outro editorial deste *corpus*, a posição da oração subordinada adverbial causal antes da principal – o que acontece nessa parte do texto – traz um fato já conhecido pelo interlocutor, e isso faz com que tal fato não fique sujeito à contestação.

Logo à frente, ele utiliza a estrutura da oração subordinada adverbial final a fim de mostrar o objetivo da necessidade de se estudar o instrumento econômico: reduzir o uso excessivo de energia. Assim, ele trouxe, por meio dessa estrutura, um fato positivo em relação ao assunto abordado.

Mais à frente, o autor traz uma ação promovida pelo antigo secretário – o fato de ele já ter proposto anteriormente sanções econômicas ao excesso de consumo – para mostrar que, trazendo tal ação, de certa forma, teria como finalidade “fazer justiça” a ele. Assim, utiliza a estrutura da oração subordinada adverbial final para mostrar esse objetivo, fato esse que é tido como uma ressalva feita pelo autor sobre o assunto tratado.

Logo depois, o autor afirma o crescimento do consumo de água no verão e diz que nenhuma medida significativa foi tomada para o abastecimento. Assim, ele mostra-se preocupado e diz que medidas eficazes devem ser tomadas. Para isso, utiliza a estrutura da oração subordinada adverbial final para mostrar o objetivo da tomada dessas medidas: *afastar o perigo nos próximos meses*. Desse modo, percebemos que ele utiliza essa oração para mostrar seu posicionamento em relação a essas atitudes que devem ser tomadas.

Sua escolha por essas orações demonstra que elas são responsáveis por contribuírem em sua argumentação na defesa de seu posicionamento, e isso ocorre por serem parte do grupo *causa e efeito*. Nesse caso, a primeira pertence ao grupo da causa – que indica razão – e as outras três – que trazem a ideia de finalidade –, ao grupo do efeito.

ORAÇÃO	RELAÇÃO DE CAUSALIDADE EXPRESSA
<i>Uma vez que o desconto para quem reduz o próprio consumo já foi adotado</i>	Razão
<i>para reduzir o uso excessivo</i>	Finalidade

<i>para fazer justiça a seu antecessor</i>	Finalidade
<i>para afastar o perigo nos próximos meses</i>	Finalidade

2.2.16 Texto 16 – Saúde debilitada

Parecem não ter fim os problemas envolvendo a gestão da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo.

Desde o abrupto fechamento do pronto-socorro do hospital por 30 horas, em julho, foram instaladas auditorias que revelaram desvios em todas as frentes escrutinadas.

A mais recente trouxe detalhes sobre a saúde financeira da secular instituição. Fosse o diagnóstico de um paciente, ele certamente seria encaminhado à UTI.

Descobriu-se que a dívida da Santa Casa aproxima-se de R\$ 800 milhões, quase o dobro do que sua direção havia divulgado em setembro. Apenas esse desconhecimento em relação ao tamanho do débito já seria suficiente para indicar graves problemas administrativos e levantar suspeitas sobre fraudes, como desconfia o Ministério Público.

Para piorar, o aumento do saldo devedor da entidade é inversamente proporcional ao do seu patrimônio líquido (soma de bens e valores da instituição, descontadas as dívidas e desconsiderados os imóveis). De 2009 a 2013, este caiu de R\$ 220 milhões para R\$ 323 mil.

O mau uso dos recursos está presente na própria gênese da atual crise. Sabe-se agora que, quando houve o fechamento do pronto-socorro – motivado, segundo se disse à época, pela falta de verbas para a compra de remédios e insumos –, a irmandade mantinha R\$ 6,4 milhões em aplicações financeiras resgatáveis a qualquer momento.

A situação torna-se ainda mais desconcertante porque, no mês seguinte, parte desse dinheiro foi destinada à compra de um imóvel de R\$ 2 milhões, o qual se juntou aos cerca de 750 que a entidade já possuía. A gestão desse enorme capital imobiliário, aliás, traz mais indício das deficiências do hospital.

A Santa Casa aluga cerca de 80% de seus prédios, o que poderia se traduzir em boa fonte de divisas. Analisando os contratos de locação, porém, os auditores descobriram valores até 81% menores que os praticados pelo mercado. Os técnicos estimaram que uma administração mais eficiente elevaria em cerca de R\$ 60 milhões ao ano a arrecadação da irmandade.

Diante de quadro tão escabroso, o secretário da Saúde de São Paulo, David Uip, afirmou que é até difícil imaginar meios legais para repassar dinheiro à instituição.

Concluídas as auditorias – há uma ainda em curso –, cumpre apontar e responsabilizar os culpados por tamanha incúria administrativa. É urgente restabelecer a saúde desse longo paciente.

(Folha de São Paulo, 16/12/2014)

No texto 16, O autor discute a questão financeira da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, fala sobre a dívida milionária dessa instituição e diz que há três meses o valor da dívida divulgada era quase a metade. Ele faz uma crítica dizendo que esse simples desconhecimento em relação ao tamanho da dívida já configura-se como um fator negativo, e, para mostrar a tal negatividade, ele utiliza a estrutura de duas orações subordinadas adverbiais finais – *para indicar graves problemas administrativos e levantar suspeitas sobre fraudes.* Assim, percebemos que tal finalidade contribui para a construção do posicionamento do autor.

Em seguida, ele traz mais uma oração subordinada adverbial final para dizer que a situação financeira da Santa Casa de Misericórdia tem a possibilidade de ficar pior – *Para piorar.* O conteúdo dessa oração está atrelado à proporcionalidade inversa entre o aumento do saldo devedor e o seu patrimônio líquido. Desse modo, observamos mais uma vez uma crítica sendo feita pelo autor, por meio do conteúdo da oração – que expressa relação de finalidade – sobre a questão financeira da referida casa de saúde, o que contribui para a construção de sua argumentação.

Mais à frente, ele traz outro argumento, por meio da estrutura da oração subordinada causal – *porque, no mês seguinte, parte desse dinheiro foi destinada à compra de um imóvel de R\$ 2 milhões* – mostrando uma razão para a crise da situação da instituição. Assim, fica claro que ele utilizou essa oração, expressando uma relação de razão, para fortalecer seu ponto de vista.

Por fim, o autor utiliza a estrutura de oração subordinada adverbial final para trazer a finalidade de uma declaração do secretário da Saúde de São Paulo em que este afirma ser

difícil acreditar na existência de *meios legais para repassar dinheiro à instituição*. Assim, essa estrutura mostra o objetivo – *repassar dinheiro à instituição* – da aceitação da existência de meios legais para o caso.

Sua escolha por essas orações demonstra que elas são responsáveis por contribuírem em sua argumentação, na defesa de seu posicionamento, e isso ocorre por serem parte do grupo *causa e efeito*. Nesse caso, as três primeiras e a última pertencem ao grupo do efeito – indicando finalidade – e a outra – que traz a ideia de razão –, ao grupo da causa.

ORAÇÃO	RELAÇÃO DE CAUSALIDADE EXPRESSA
<i>para indicar graves problemas administrativos</i>	Finalidade
<i>levantar suspeitas sobre fraudes</i>	Finalidade
<i>Para piorar</i>	Finalidade
<i>porque, no mês seguinte, parte desse dinheiro foi destinada à compra de um imóvel de R\$ 2 milhões</i>	Razão
<i>para repassar dinheiro à instituição</i>	Finalidade

2.2.17 Texto 17 – Petrobrás, o deboche

À medida que se desenvolvem as investigações sobre algum escândalo de corrupção, surge razoável risco de que se produza no leitor, ademais de justificado desalento, certa sensação de monotonia.

O processo de obtenção das provas não segue o ritmo das expectativas da opinião pública, e a própria complexidade das tramas exige particular apreço pela minúcia.

As irregularidades do caso Petrobras, contudo, fogem a essa rotina. Não só suas dimensões financeiras e a aura simbólica de que a empresa se reveste conferem inédita pregnância ao noticiário.

É que, também nos seus detalhes, no colorido de cada episódio, há requintes. Há caprichos. Há mesmo um senso de humor negro.

Veja-se o que ocorreu quando a geóloga Venina Velosa da Fonseca, então gerente da área de abastecimento da Petrobras, mostrou-se inconformada com um contrato da estatal em 2009.

A funcionária estranhou que a construção de uma casa de força na refinaria Abreu e Lima custasse 272% acima do previsto. Obteve-se uma renegociação, com a economia de R\$ 34,2 milhões.

Foi punida, entretanto. Num escândalo em que muitos envolvidos têm como saída o mecanismo da delação premiada, eis o caso inverso de uma correção punida.

Como "prêmio" pelas várias denúncias que encaminhava à direção da empresa, a geóloga foi transferida a Cingapura.

Se parece quase um sarcasmo remeter a incômoda funcionária para o outro lado do mundo, é menos refinada a nota da Petrobras sobre o episódio. Afirma-se que a geóloga teria guardado, "estranhamente", silêncio sobre as irregularidades durante cinco anos.

A tentativa retórica do comunicado não admite a interpretação mais simples. Ou seja, a de que, uma vez exposto o escândalo a público, a funcionária vê enfim ocasião para revelar o que sabe.

Nova nota da Petrobras, emitida ontem (16), sustenta que a geóloga só teria apontado irregularidades à atual presidente da estatal em novembro deste ano – o que salvaria Graça Foster das suspeitas de omissão. Aqui, o termo "estranhamente" foi evitado.

Enquanto isso, uma fornecedora holandesa, a SBM, admite a autoridades ter encaminhado propinas para a construção de uma plataforma, inaugurada às pressas para corresponder ao cronograma da campanha petista em 2010.

Na ocasião, o então presidente Lula jactou-se de que não existia mais caixa-preta na Petrobras; a plataforma ganhou o nome de Apolônio de Carvalho, histórico militante de esquerda.

São detalhes, é certo, mas indicam a sensação quase delirante de impunidade e o espírito de deboche com que se conduziram os vândalos encarregados de gerir a maior empresa brasileira.

(Folha de São Paulo, 17/12/2014)

No texto 17, o autor discute os casos das irregularidades investigadas na Petrobras e afirma que tais casos procedem de maneira bastante diferente que a de outros casos sobre essas questões. Ele chama a atenção para a consequência da insatisfação da geóloga Venina

Velosa ao mostrar-se inconformada com o percentual de aumento do valor previsto de um contrato estadual em 2009. A funcionária questionou um desses contratos, afirmando que estava muito acima do preço, e sua reivindicação foi atendida, o que fez com que a empresa economizasse um valor substancial. Entretanto, o autor afirma que o questionamento dela não foi bem visto, já que foi punida por isso. Então, para demonstrar a crítica do autor em relação à injustiça feita a essa funcionária, ele utiliza a estrutura da oração subordinada adverbial condicional para levantar uma hipótese – de parecer quase um sarcasmo remeter a incômoda funcionária para o outro lado do mundo. Tal hipótese pode fazer com que o leitor, compreendendo a situação proposta pelo autor e aproximando-se de sua opinião, concorde com ele.

Em seguida, ele afirma que a Petrobras, em uma nota, remeteu a “culpa” à própria geóloga, por não ter falado sobre o que sabia antes. Após essa declaração da estatal, o autor remete sua crítica, por meio da estrutura da oração subordinada adverbial causal – *uma vez exposto o escândalo a público* –, trazendo uma razão para a funcionária ter revelado o que sabia, fato esse que contesta fortemente a argumentação da declaração da Petrobras. Logo à frente, no mesmo período, o autor utiliza a estrutura de uma oração subordinada adverbial final para complementar a oração a que está ligada a razão de a funcionária ter trazido o escândalo a público: revelar o que ela sabia – *para revelar o que sabe*. Assim, esse objetivo também ajuda o autor na construção de sua argumentação, permitindo que o leitor veja em tal objetivo um ponto convincente para concordar com a opinião do autor.

Mais à frente, o autor traz à tona um outro caso de corrupção na estatal. Ele diz que uma fornecedora holandesa admite ter encaminhado propinas para a construção de uma plataforma. Ele diz que a finalidade da construção dessa plataforma teve um objetivo específico. E, para mostrar tal objetivo, o autor utiliza a estrutura de outra oração subordinada adverbial final – *para corresponder ao cronograma da campanha petista* –, deixando claro, mais uma vez, que esse objetivo tem uma relação de favorecimento do governo.

Sua escolha por essas orações demonstra que elas são responsáveis por contribuírem para sua argumentação na defesa de seu posicionamento, e isso ocorre por serem parte do grupo *causa e efeito*. Nesse caso, as duas primeiras pertencem ao grupo da causa – indicando condição e razão – e as outras – que trazem a ideia de finalidade –, ao grupo do efeito.

ORAÇÃO	RELAÇÃO DE CAUSALIDADE EXPRESSA
<i>Se parece quase um sarcasmo remeter a incômoda funcionária para o outro lado do</i>	Condição

<i>mundo</i>	
<i>uma vez exposto o escândalo a público</i>	Razão
<i>para revelar o que sabe</i>	Finalidade
<i>para corresponder ao cronograma da campanha petista em 2010</i>	Finalidade

2.2.18 Texto 18 – A ameaça da mordação

Veç ou outra algum juiz brasileiro, não sem a cumplicidade de autoridades investigativas, decide mandar às favas a liberdade de expressão e a de informação, garantias constitucionais das mais importantes para as democracias.

O episódio mais recente foi protagonizado por Dasser Lettiere Jr., da 4ª Vara Federal de São José do Rio Preto, no interior de São Paulo. O magistrado determinou a quebra do sigilo telefônico de todos os ramais da Redação do "Diário da Região" e do repórter Allan de Abreu.

Lettiere Jr. considerou a medida necessária para identificar a fonte de que o jornalista se valeu ao publicar reportagens sobre a Operação Tamburutaca, deflagrada pela Polícia Federal em 2011. Naquele ano, Abreu viu-se indiciado sob a suspeita de divulgar informações protegidas por segredo de Justiça.

São muitos os equívocos cometidos pelos agentes públicos nesse caso, mas uma coisa é certa: com sua caneta, o juiz rasurou dois mandamentos da Constituição como se pertencessem a uma simples lista de resoluções de Ano-Novo.

Para os fins do processo, tornou letra morta o inciso XIV do artigo 5º, pelo qual "é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional", e a regra no artigo 220, que veda "embaraço à plena liberdade de informação jornalística".

Não é necessário ter frequentado cursos de direito para interpretar esses dispositivos. Mais difícil é identificar os motivos que levam profissionais do mundo jurídico a fingir que não entendem, ou a desrespeitar de modo explícito, enunciados tão categóricos.

Entende-se que investigadores queiram manter secretos os planos para uma investida policial. Mas esse argumento tem pouca valia, já que as reportagens de Allan de Abreu circularam mais de um mês depois de iniciada a operação.

Há, de todo modo, uma questão de fundo. O dever de preservar o segredo recai sobre os funcionários do Estado, e não sobre cidadãos no uso do direito de expressão; a sanção, assim, jamais deve se dirigir a quem publica notícias.

Ao mesmo tempo, o sigilo de fonte constitui ferramenta indispensável para a plena liberdade de informação. Sem essa garantia, se calariam todos os que, sabendo de fatos de interesse público, gostariam de divulgá-los sem revelar a própria identidade. Inúmeros escândalos de corrupção deram-se a conhecer dessa maneira.

A revisão dessa decisão esdrúxula, portanto, torna-se um imperativo. Se ela prosperar, estará aberto mais um precedente perigoso para que pilares da democracia sejam solapados.

(Folha de São Paulo, 20/12/2014)

No texto 18, o autor realiza uma crítica sobre o mau uso do poder de alguns juízes brasileiros ao não respeitarem a liberdade de expressão e de informação das pessoas durante investigações. Logo no início do texto, ele aponta um episódio em que um juiz não respeitou a liberdade de expressão de uma Redação e de um repórter. Para mostrar que tal medida havia sido necessária, na visão do juiz, o autor utiliza a estrutura de uma oração subordinada adverbial final para trazer o objetivo de o dito juiz ter realizado o feito: *para identificar a fonte*. Assim, ele traz esse conteúdo para enfraquecer a argumentação do juiz e fortalecer a sua, pois “tenta” mostrar que esse objetivo do juiz não seria convincente o bastante para tal feito.

Mais à frente, o autor afirma sua percepção de que a finalidade do juiz não justifica a ação de retirar a liberdade de expressão do repórter. Tal afirmação se dá pelo uso da estrutura de uma oração subordinada adverbial causal, pois, por meio dela, o autor traz uma razão de o argumento do juiz não ter alcançado êxito: o fato de as matérias publicadas pelo repórter circularem mais de um mês depois de iniciada a operação.

No final do texto, o autor mostra que essa “falta de respeito” por parte dos juízes brasileiros pode configurar-se num fator negativo para a população. Ele traz uma hipótese, por

meio de uma oração subordinada adverbial condicional, para mostrar que, caso tal hipótese aconteça – o fato de essa quebra de sigilo prosperar –, o direito à democracia do povo brasileiro estaria sendo violado.

Sua escolha por essas orações demonstra que elas são responsáveis por contribuírem para sua argumentação na defesa de seu posicionamento, e isso ocorre por serem parte do grupo *causa e efeito*. Nesse caso, a primeira pertence ao grupo do efeito – indicando finalidade – e as outras duas – que trazem a ideia de razão e condição –, ao grupo da causa.

ORAÇÃO	RELAÇÃO DE CAUSALIDADE EXPRESSA
<i>para identificar a fonte</i>	Finalidade
<i>já que as reportagens de Allan de Abreu circularam mais de um mês depois de iniciada a operação</i>	Razão
<i>Se ela prosperar</i>	Condição

2.2.19 Texto 19 – Sobre leis e salsichas

"Leis são como salsichas, é melhor não estar presente quando elas são feitas." A frase bem-humorada atribuída ao estadista alemão Otto von Bismarck (1815-1898) poderia ser aplicada com propriedade à maneira como são criados muitos bichos cuja carne se transforma em alimento para humanos.

Isso não quer dizer, porém, que apenas a fabricação de leis terá o poder de erradicar técnicas cruéis ainda hoje empregadas para a obtenção de proteína animal.

A discussão não se restringe à propaganda vegetariana, embora muitos argumentos só envernizem sentimentalismos deslocados.

Jornalistas sérios como o americano Michael Pollan e filósofos célebres como o australiano Peter Singer escreveram livros bem objetivos sobre porcas imobilizadas para não esmagar leitões valiosos e galinhas automutiladas sob o estresse de gaiolas com área menor que uma folha de papel.

Há razões também econômicas, além das éticas, para modificar as práticas de criação, como vêm fazendo algumas empresas gigantes do setor alimentar no Brasil – e sem que sejam obrigadas por lei.

O bem-estar animal é hoje uma demanda crescente dos próprios consumidores. O conglomerado Unilever, por exemplo, dispôs-se a apoiar estudos com vistas a diminuir a mortandade de pintinhos com um dia de vida.

A BRF e a Nestlé, por seu turno, firmaram com a organização World Animal Protection cartas de intenções que preveem melhorias na proteção dos bichos. A ideia geral é que animais como suínos e bovinos vivam em grupo com alguma liberdade de movimento, em recintos nos quais consigam desenvolver comportamentos naturais.

Trata-se de aperfeiçoamento ainda embrionário no país, que carece de sistemas reconhecidos de certificação para tais práticas. O selo Certified Humane conta no Brasil com uma única empresa agraciada, a paulista Korin.

A Korin cria todas as suas galinhas no chão, livres de gaiolas. Em 1995, quando começou, abatia 12 mil frangos mensalmente; a produção cresceu para os atuais 450 mil abates ao mês. A companhia prevê dobrar esse desempenho em dois anos.

Decerto esse ainda é um nicho de consumo, em que compradores mais exigentes aceitam pagar um sobrepreço pelo produto que, na sua percepção, é superior, ainda que por razões intangíveis.

É nessa direção, de todo modo, que o mercado se move, e uma indústria alimentar com pretensões globais não pode ficar alheia a esse tipo de pressão.

(Folha de São Paulo, 23/12/2014)

No texto 19, o autor discute o estado em que são criados animais cuja carne será utilizada como alimentos para humanos. Realiza uma crítica ao modo como eles são criados e faz uma comparação entre a criação das leis e à fabricação de salsichas, por meio de uma frase do alemão Otto Von Bismarck, para que o assunto seja ressaltado. A partir dessa frase, podemos perceber que o autor coloca-se de maneira negativa sobre a questão referente ao modo de tratamento desses animais, além disso, acaba realizando também uma crítica sobre a criação das nossas leis. Ele cita alguns autores importantes que escreveram livros com abordagem sobre a questão e, por meio da estrutura da oração subordinada adverbial final,

traz uma finalidade para a imobilização de porcas, por exemplo, pois tal objetivo seria *para não esmagar leitões valiosos*. Assim, tenta mostrar ao leitor que tal finalidade apresentada chega a ser “absurda”; e, por meio dessa tentativa, fortalece seu ponto de vista e faz com que o leitor concorde com ele.

Mais à frente, o autor afirma que algumas empresas, mesmo sem serem obrigadas pela lei, já não realizam mais esse tipo de prática que maltrata os animais. Ele apresenta a estrutura de uma oração subordinada adverbial final para mostrar que a modificação dessas práticas de criação é um objetivo importante pelo fato de existirem razões econômicas e éticas envolvidas. Esse fato configura-se como um ponto positivo em relação ao seu posicionamento.

Em seguida, ele apresenta uma iniciativa do conglomerado Unilever em apoiar estudos que tratem sobre a questão. Ele traz a estrutura de uma oração subordinada adverbial final para mostrar o objetivo do apoio a esses estudos – *diminuir a mortandade de pintinhos com um dia de vida*. Assim, seu posicionamento é fortalecido por meio do conteúdo dessa oração, pois tal conteúdo pode sensibilizar o leitor e, com isso, fazer com que ele concorde com o autor.

Sua escolha por essas orações demonstra que elas são responsáveis por contribuírem para sua argumentação na defesa de seu posicionamento, e isso ocorre por serem parte do grupo *causa e efeito*. Nesse caso, as três orações encontradas pertencem ao grupo do efeito – indicando finalidade.

ORAÇÃO	RELAÇÃO DE CAUSALIDADE EXPRESSA
<i>para não esmagar leitões valiosos</i>	Finalidade
<i>para modificar as práticas de criação</i>	Finalidade
<i>com vistas a diminuir a mortandade de pintinhos com um dia de vida</i>	Finalidade

2.2.20 Texto 20 – Ciência com moderação

Como se não bastassem os bons efeitos de sua participação nos entendimentos entre os Estados Unidos e Cuba, o papa Francisco voltou às primeiras páginas dos jornais nesta semana. De novo, sua iniciativa tende a situá-lo como figura das mais simpáticas e influentes do catolicismo moderno.

Não se tratava apenas das convencionais mensagens natalinas de que sempre se encarregam os pontífices nesta época do ano. Diante de uma plateia de cardeais, bispos e monsenhores, Francisco se lançou a uma dura, detalhada e original denúncia dos males que atingem a burocracia do Vaticano.

As "15 doenças graves" diagnosticadas pelo papa não dizem respeito ao clero em seu conjunto, mas sim, de modo específico, aos funcionários responsáveis pela estrutura interna da Santa Sé.

Haveria, na Cúria Romana, uma tendência à bajulação e à fofoca; um "alzheimer espiritual", refletido na incapacidade de viver a própria relação com Deus; uma resistência à autocrítica; uma perda de sensibilidade humana.

Males que afetam todo tipo de organização humana, ainda mais quando marcada pela vitaliciedade, pela pompa, pelo peso da autoridade e pela falta de transparência, como tem sido o caso do núcleo eclesial há muitos séculos.

O fato de que a denúncia papal venha de forma tão vigorosa é até mais significativo do que a inquestionável acuidade moral de sua avaliação. A mensagem surge numa conjuntura em que Francisco mostra finalmente ter acumulado forças para um salto reformista mais decidido em seu pontificado.

Esse período de preparação – o papa elegeu-se em março de 2013 – não chega a ser muito longo, se considerados os aflitivos anos de declínio pastoral e ossificação doutrinária que marcaram a Igreja Católica de seus antecessores.

Com uma reforma administrativa programada para breve e um sínodo em 2015 dedicado a questões de família, o papa Francisco adota um tom mais áspero e peremptório no seu círculo interno.

Perante os demais fiéis e o mundo em geral, a imagem de Francisco mantém uma bonomia que seu severo discurso nada fez dissipar.

Ele critica a Cúria por seu "rosto fúnebre". Adverte contra o excesso de planejamento, que por vezes fecha o caminho à imprevista ação do Espírito Santo; recomenda que se trabalhe com mais coordenação, para que não se trabalhe tanto; e nota os inúmeros recursos de que se faz uso para ocultar o vazio espiritual dentro de cada um.

São palavras simples; merecem ser ouvidas não só pelos burocratas da igreja, mas por todos, católicos ou não. Há muito a ser reformado na igreja,

como muitos sabem; não são muitos os que reconhecem, entretanto, que também dentro de si mesmos pode fazer falta uma obra de abertura e renovação.

(Folha de São Paulo, 24/12/2014)

No texto 20, O autor realiza uma discussão sobre uma declaração do papa Francisco que denunciava acontecimentos de cunho negativo que atingiam a burocracia do Vaticano. Ele diz que a denúncia é remetida especificamente aos funcionários responsáveis pela estrutura interna da Santa Sé. Essa atitude do papa mostra o poder de reforma que tem tido seu pontificado. Em seguida, o autor afirma que esse período de preparação do papa não é um período longo e utiliza a estrutura de uma oração subordinada adverbial condicional para trazer uma condição para o fato de o período não ser longo. Assim, por meio da condição estabelecida por tal estrutura, esclarece o porquê de o período não poder ser considerado longo, uma vez que essa condição realiza uma comparação entre o curto período do papa Francisco e os anos de declínio pastoral e ossificação doutrinária pelos quais passaram seus antecessores.

Mais à frente, o autor traz algumas das advertências realizadas por Francisco, e utiliza duas orações subordinadas adverbiais finais para trazer duas finalidades recorrentes de tais advertências. Esses objetivos – *para que não se trabalhe tanto e para ocultar o vazio espiritual dentro de cada um* – apresentam questões importantes para os fiéis, e, desse modo, o autor traz esses pontos positivos – argumentos convincentes – para convencer o leitor da importância dessas advertências.

Sua escolha por essas orações demonstra que elas são responsáveis por contribuírem para sua argumentação na defesa de seu posicionamento, e isso ocorre por serem parte do grupo *causa e efeito*. Nesse caso, a primeira oração encontrada pertence ao grupo da causa – indicando condição – e as outras duas – que trazem a ideia de finalidade –, ao grupo do efeito.

ORAÇÃO	RELAÇÃO DE CAUSALIDADE EXPRESSA
<i>se considerados os aflitivos anos de declínio pastoral e ossificação doutrinária</i>	Condição
<i>para que não se trabalhe tanto</i>	Finalidade
<i>para ocultar o vazio espiritual dentro de cada um</i>	Finalidade

Após a análise do *corpus*, com o levantamento das orações responsáveis pela construção das relações de causalidade a que nos propomos observar nos editoriais selecionados, passaremos à análise dos resultados encontrados, considerando-os do ponto de vista quantitativo e qualitativo.

2.3 Resultados

Analisados os editoriais e marcadas todas as orações que estabelecem com outra uma relação de causalidade, passamos agora a quantificar essas relações em um quadro único. Dessa forma, é possível visualizar a distribuição das relações de causalidade entre aquelas que constroem o valor semântico de razão, de condição, de resultado e de finalidade, especificamente.

Vejamos:

Tabela 4 – Ocorrência das relações de causalidade encontrada no *corpus*

	CAUSA		EFEITO	
	RAZÃO	CONDIÇÃO	RESULTADO	FINALIDADE
Texto 1	2	1	0	3
Texto 2	0	0	0	4
Texto 3	0	2	1	0
Texto 4	0	0	0	2
Texto 5	0	0	0	3
Texto 6	1	0	0	1
Texto 7	0	0	1	3
Texto 8	2	0	0	4
Texto 9	2	0	0	1
Texto 10	0	1	0	0
Texto 11	2	3	0	2
Texto 12	2	2	0	0
Texto 13	0	1	0	2
Texto 14	2	0	0	2
Texto 15	1	0	0	3
Texto 16	1	0	0	4
Texto 17	1	1	0	2

Texto 18	1	1	0	1
Texto 19	0	0	0	3
Texto 20	0	1	0	2
TOTAL	17	13	2	42

A partir da tabela anterior, percebemos a ocorrência das relações de causalidade – razão, condição, finalidade e resultado – presentes em cada texto do nosso *corpus*. Verificamos que, dos quatro tipos de relações específicas de causalidade, a relação mais presente nos textos analisados é a de finalidade, com 42 ocorrências.

Entretanto, considerando-se que as relações de causalidade dividem-se em relações de causa propriamente dita e de efeito, observamos uma ocorrência maior das relações de efeito.

Vejam os:

Tabela 5 – Ocorrência de causa, propriamente dita, e de efeito

RELAÇÕES DE CAUSALIDADE	CAUSA		EFEITO	
	RAZÃO	CONDIÇÃO	RESULTADO	FINALIDADE
QUANTIDADES INDIVIDUALIZADAS	17	13	02	42
QUANTIDADES TOTAIS	30		44	

Tanto as relações do grupo da causa quanto as pertencentes ao grupo do efeito contribuem para a construção do texto argumentativo, pois, quando estão presentes, são responsáveis por ajudar o autor a estabelecer seu ponto de vista sobre determinado assunto. Além disso, essas relações, de certa maneira, estão sempre ligadas aos argumentos escolhidos pelo autor para confirmar seu posicionamento, seja quando são constituídas pelas orações cujo conteúdo são os próprios argumentos, seja quando fazem parte da oração a que esses argumentos estão relacionados.

As relações do grupo da causa – principalmente aquelas que apresentam ideia de razão – costumam trazer um fato já conhecido do leitor para que, a partir de tal fato, o autor possa construir sua argumentação, como observado nos dois exemplos a seguir:

Mas esse argumento tem pouca valia, já que as reportagens de Allan de Abreu circularam mais de um mês depois de iniciada a operação.

Uma vez que o desconto para quem reduz o próprio consumo já foi adotado, é preciso estudar, agora, o instrumento econômico [...].

Dentre as relações de condições, podemos encontrar hipóteses capazes de convencer o leitor, pois o faz relacionar tais hipóteses a aspectos positivos ou negativos, de acordo com o posicionamento do autor, podendo, até mesmo, trazer advertências. Observe os dois exemplos a seguir:

Se não tem meios de manter as representações no exterior, o governo tem de rever a política anterior [...].

Se parece quase um sarcasmo remeter a incômoda funcionária para o outro lado do mundo, é menos refinada a nota da Petrobras sobre o episódio.

Já as relações do grupo do efeito – principalmente as de finalidade – costumam trazer objetivos muito importantes com muita propriedade para a “causa” que o acompanha. Veja os dois exemplos a seguir:

Trata-se de evitar que o caso chegue ao plenário da Câmara neste ano, a fim de que Vargas, que não disputou a eleição, mantenha-se a salvo dos efeitos da Lei da Ficha Limpa [...].

Divulgou-se um pacote de ações, devidas faz muito tempo, a fim de conter gastos exagerados com pensões por morte e seguro-desemprego.

Entretanto, ainda que as ocorrências da relação de resultado – outro valor atribuído ao grupo do efeito – sejam muito baixas (apenas duas), conseguimos perceber nelas resultados bastante relevantes. Veja os dois exemplos a seguir:

A noção de lealdade ao grupo parece tão entranhada nos seres humanos que não passa sem certa repulsa o incentivo à traição [...].

O conjunto de normas soa tão natural e necessário que, ao menos de um ponto de vista retórico, líderes do PT e do PSDB não viram alternativa a não ser apoiá-lo.

Embora, dentro do grupo do efeito, as relações referentes à finalidade sejam indiscutivelmente em maior número do que as referentes ao resultado, ambas as relações são constituintes desse grupo. Desse modo, por meio da análise, nota-se que há uma tendência maior de convencimento do leitor quando este é capaz de imaginar o objetivo de determinadas situações – quando os argumentos são convincentes – ou quando ele consegue enxergar no efeito de uma ação um objetivo coerente e conciso. Assim, explica-se o motivo de termos maior ocorrência das relações de finalidade nos textos-*corpus* deste trabalho, fato esse que nos mostra que as relações de efeito estabelecidas nas orações predominam sobre as relações de causa.

CONCLUSÃO

O estudo realizado analisou todas as relações de causalidade – razão, condição, finalidade e resultado –, explicitadas por meio de conjunções presentes na superfície dos editoriais, textos-*corpus* deste trabalho.

Conforme observado na seção 3 do capítulo 2, as relações de causalidade têm um papel importante no texto argumentativo. Pudemos perceber o quanto é significativa a escolha dessas relações na construção do sentido do texto, principalmente na estruturação da argumentação. Nesses textos, constatamos a importância das ocorrências das relações de causalidade para compor a semântica do tipo argumentativo. Em nosso *corpus*, editoriais de jornal, sobrepuseram-se as relações de finalidade sobre as de resultado. Sobrepuseram-se, em âmbito maior, as relações de efeito sobre as de causa propriamente dita, embora a diferença entre elas, quantitativamente, não tenha sido muito expressiva. Identificamos, conforme nossa hipótese inicial, que, entre os dois valores – causa e efeito –, o que está mais presente nas orações que entram na construção das sequências argumentativas dos editoriais aqui analisados são as relações de efeito.

A visão funcional acerca desse tipo de relação em textos argumentativos é bastante relevante para o ensino da leitura e da escrita, uma vez que o aluno, tendo acesso a essa compreensão, provavelmente entenderá melhor os sentidos construídos a partir dos textos. Essa abordagem funcional, que prioriza o sentido, pode contribuir para uma melhor formação de nossos alunos como leitores e escritores proficientes com uma escrita mais eficaz e uma leitura mais crítica.

Fica, depois da conclusão de nosso trabalho, a intenção de a ele dar continuidade, uma vez que há algumas perguntas surgidas a partir dos resultados aqui encontrados:

- em um *corpus* consideravelmente maior de editoriais, a diferença quantitativa entre as relações de causa e efeito seriam mantidas?
- a desproporção, nas relações de efeito, entre finalidade e resultado também seriam mantidas?
- os resultados aqui encontrados para o tipo de texto argumentativo, considerando-se o *corpus* aqui analisado, seriam diferentes se o gênero analisado fosse outro, que não o editorial, embora também de base argumentativa?

Enfim, a análise por nós desenvolvida não pretendeu pôr um ponto final ao assunto aqui abordado. Muito ainda há para ser investigado sobre o tema.

Esperamos ter contribuído, de alguma forma, para que nossos pares possam, a partir de nosso estudo, compreender melhor as relações coesivas causais e seus aspectos semânticos, e que possam, com base no que oferece a Linguística Sistêmico-Funcional, investir em um trabalho mais produtivo com a gramática em sala de aula, visando a uma proficiência maior, por parte dos alunos, na leitura e na escrita.

REFERÊNCIAS

ADAM, Jean-Michel. *A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos*; revisão técnica João Gomes da Silva Neto. 2. ed. revista e aumentada. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. *Les textes: types e prototypes*. Paris: Nathan, 1992.

ASSIS, Machado de. *Dom Casmurro*. 30. ed. São Paulo: Editora Ática, 1997.

AZEREDO, José Carlos de. *Fundamentos de gramática do português*. 5. ed. revista. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

_____. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2012.

AZEVEDO, Aluísio. *O Cortiço*. 33. ed. Rio de Janeiro: Ediouro Publicações, 1998.

CUNHA, Celso Ferreira da; CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007.

DUCROT, Oswald. *La preuve e le dire*. Paris: Mame, 1973.

_____. *Les mots du discours*. Paris: Éd. de Minuit, 1980a.

DUTRA, Vânia Lúcia Rodrigues. *Relações conjuntivas causais no texto argumentativo*. 2007. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

FERREIRA, Luiz Antônio. *Leitura e persuasão*. São Paulo: Contexto, 2010.

FUZER, Cristiane ; CABRAL, Sara Regina Scotta. *Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa*. 1. ed. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2014.

GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna*. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

HALLIDAY, M. A. K. *Language as a social semiotic: the social interpretation of language and meaning*. London: Edward Arnold, 1979.

HALLIDAY, M. A. K., & HASAN, R. *Cohesion in English*. London: Longman, 1977.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold, 2004.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Gêneros textuais: definição e funcionalidade*: In : DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Ana Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Org.). *Gêneros textuais & ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática esolar no contexto do uso linguístico*. RELIN-Revista de Estudos da Linguagem, v. 10, n. 2, p. 233-253, jul./dez. 2002.

PERELMAN, C. ; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado de argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SAID ALI. *Gramática histórica da língua portuguesa*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1966.

VALENTE, André C. *Argumentação e textualidade em crônicas jornalísticas*. In. _____ ; PEREIRA, Maria Teresa G. (Org.). *Língua portuguesa : descrição e ensino*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.